

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	11

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	18

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	21
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	31
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	98

### Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	110
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	420.765
Preferenciais	838.077
<b>Total</b>	<b>1.258.842</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	561
<b>Total</b>	<b>561</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
---------------	------------------	-----------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	---

---

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	15.299.240	14.130.504
1.01	Ativo Circulante	1.669.251	1.667.457
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	241.816	286.183
1.01.02	Aplicações Financeiras	190.850	163.591
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	132.251	117.509
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	132.251	117.509
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	58.599	46.082
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	58.599	46.082
1.01.03	Contas a Receber	1.213.824	1.202.165
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.213.824	1.202.165
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	1.213.824	1.202.165
1.01.04	Estoques	10	12
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.825	4.817
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.825	4.817
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	4.825	4.817
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.926	10.689
1.01.08.03	Outros	17.926	10.689
1.01.08.03.02	Fundos Vinculados	366	98
1.01.08.03.20	Outros	17.560	10.591
1.02	Ativo Não Circulante	13.629.989	12.463.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	649.422	696.538
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	15.781	16.534
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	15.781	16.534
1.02.01.06	Tributos Diferidos	326.155	322.372
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	326.155	322.372
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	307.486	357.632
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados a Litígios	151.624	147.839
1.02.01.09.04	Tributos Compensáveis	6.553	6.553
1.02.01.09.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	141.279	177.499
1.02.01.09.20	Outros Créditos	8.030	25.741
1.02.02	Investimentos	12.978.624	11.764.443
1.02.02.01	Participações Societárias	12.978.624	11.764.443
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.871.089	6.160.800
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	5.107.535	5.603.643
1.02.03	Imobilizado	1.257	1.313
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.257	1.313
1.02.04	Intangível	686	753
1.02.04.01	Intangíveis	686	753
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	686	753

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	15.299.240	14.130.504
2.01	Passivo Circulante	1.184.445	1.249.238
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.801	9.957
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.801	9.957
2.01.02	Fornecedores	8.104	15.325
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.104	15.325
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.838	66.879
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.158	48.282
2.01.03.01.02	COFINS	0	8.059
2.01.03.01.03	PASEP	0	37.118
2.01.03.01.04	INSS	1.684	2.120
2.01.03.01.05	Outros	474	985
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18.091	18.091
2.01.03.02.01	ICMS	18.091	18.091
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	589	506
2.01.03.03.01	ISSQN	589	506
2.01.05	Outras Obrigações	1.148.702	1.157.077
2.01.05.02	Outros	1.148.702	1.157.077
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.107.628	1.107.664
2.01.05.02.04	Participações no Lucro	14.672	10.820
2.01.05.02.05	Obrigações Pós-Emprego	8.014	7.759
2.01.05.02.06	Outros	18.388	30.834
2.02	Passivo Não Circulante	227.763	242.909
2.02.02	Outras Obrigações	175.402	175.195
2.02.02.02	Outros	175.402	175.195
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	118.925	117.558
2.02.02.02.04	Outros	56.477	57.637
2.02.04	Provisões	52.361	67.714
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.592	46.274
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.437	7.356
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	16.695	25.973
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.460	12.945
2.02.04.02	Outras Provisões	16.769	21.440
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	286	276
2.02.04.02.04	Regulatórios	15.684	20.394
2.02.04.02.05	Outros	799	770
2.03	Patrimônio Líquido	13.887.032	12.638.357
2.03.01	Capital Social Realizado	6.294.208	6.294.208
2.03.02	Reservas de Capital	1.924.503	1.924.733
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.132
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	3.839.882	3.839.882
2.03.04.01	Reserva Legal	853.018	853.018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.861.214	2.861.214

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	71.122	71.122
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	54.528	54.528
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.260.160	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	568.279	579.534

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	80	80
3.03	Resultado Bruto	80	80
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.234.871	827.158
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.807	-42.443
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.384	-7.335
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.254.062	876.936
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.234.951	827.238
3.06	Resultado Financeiro	11.355	29.996
3.06.01	Receitas Financeiras	13.170	53.138
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.815	-23.142
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.246.306	857.234
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.783	8.113
3.08.01	Corrente	0	-1.896
3.08.02	Diferido	3.783	10.009
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.250.089	865.347
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.250.089	865.347
3.99.02.01	ON	0,99	0,69
3.99.02.02	PN	0,99	0,69

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	1.250.089	865.347
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.184	-876
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	-1.184	-876
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.248.905	864.471

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-17.327	78.664
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-14.405	-25.485
6.01.01.01	Resultado do Exercício	1.250.089	865.347
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	-3.783	-8.113
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	123	94
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	0	18
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.254.062	-876.936
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	0	-22.196
6.01.01.07	Provisões para Perdas Operacionais	-10.985	12.043
6.01.01.08	Obrigações Pós Emprego	4.213	4.258
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.922	152.598
6.01.02.04	Tributos Compensáveis	-7	57.277
6.01.02.06	Depósitos Vinculados a Litígio	-3.785	119.252
6.01.02.08	Dividendos Recebidos de Controladas	30.331	5.958
6.01.02.09	Outros	-6.672	11.007
6.01.02.10	Fornecedores	-7.221	-1.083
6.01.02.11	Impostos, Taxas e Contribuições	-46.042	-39.385
6.01.02.12	Salários e Contribuições Sociais	-3.156	2.803
6.01.02.15	Obrigações Pós Emprego	-2.591	-2.377
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	31.255
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	36.221	-32.109
6.01.03	Outros	0	-48.449
6.01.03.01	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	0	-16.112
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	0	-32.337
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.774	2.383.844
6.02.01	Em Investimentos	0	102
6.02.02	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-26.506	-81.904
6.02.06	Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	0	2.465.646
6.02.07	Fundo Vinculados	-268	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-266	-3.019.878
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	0	-1.088.000
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-36	-1.931.878
6.03.05	Reembolso de ações por dissência de acionistas	-230	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-44.367	-557.370
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	286.183	1.057.122
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	241.816	499.752

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.733	3.839.882	0	579.534	12.638.357
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.733	3.839.882	0	579.534	12.638.357
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.250.089	-1.184	1.248.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.250.089	0	1.250.089
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.184	-1.184
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-1.184	-1.184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-230	0	10.071	-10.071	-230
5.06.04	Reembolso de ações por dissidência de acionistas	0	-230	0	0	0	-230
5.06.05	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído de Imobilizado	0	0	0	10.071	-10.071	0
5.07	Saldos Finais	6.294.208	1.924.503	3.839.882	1.260.160	568.279	13.887.032

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	4.265.091	3.953.850	2.856.176	0	474.879	11.549.996
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.265.091	3.953.850	2.856.176	0	474.879	11.549.996
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	892.615	-28.144	864.471
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	865.347	0	865.347
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	27.268	-28.144	-876
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-876	-876
5.05.02.06	Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	0	0	0	27.268	-27.268	0
5.07	Saldos Finais	4.265.091	3.953.850	2.856.176	892.615	446.735	12.414.467

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	80	80
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	80	80
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	1.242	-24.266
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.240	-1.183
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27	-30
7.02.04	Outros	3.509	-23.053
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.322	-24.186
7.04	Retenções	-123	-94
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-123	-94
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.199	-24.280
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.267.232	930.074
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.254.062	876.936
7.06.02	Receitas Financeiras	13.170	53.138
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.268.431	905.794
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.268.431	905.794
7.08.01	Pessoal	17.158	22.403
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.642	9.703
7.08.01.02	Benefícios	5.467	5.700
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.049	891
7.08.01.04	Outros	0	6.109
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-834	-5.265
7.08.02.01	Federais	-932	-5.324
7.08.02.02	Estaduais	24	0
7.08.02.03	Municipais	74	59
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.018	23.309
7.08.03.01	Juros	1.815	23.142
7.08.03.02	Aluguéis	203	167
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.250.089	865.347
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.250.089	865.347

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	31.727.587	29.814.142
1.01	Ativo Circulante	6.792.025	6.668.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.110.535	2.201.827
1.01.02	Aplicações Financeiras	860.454	933.571
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	607.035	637.712
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	607.035	637.712
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	253.419	295.859
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	253.419	295.859
1.01.03	Contas a Receber	3.106.463	2.211.954
1.01.03.01	Clientes	3.062.175	2.194.868
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	2.780.744	1.911.731
1.01.03.01.02	Concessionários - Transporte de Energia	238.814	240.520
1.01.03.01.03	Revendedores - Transações com Energia Livre	42.617	42.617
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	44.288	17.086
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	44.288	17.086
1.01.04	Estoques	37.421	37.726
1.01.06	Tributos a Recuperar	354.436	730.159
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	354.436	730.159
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	146.940	248.615
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	207.496	481.544
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.322.716	553.546
1.01.08.03	Outros	1.322.716	553.546
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro da Concessão	4.852	2.254
1.01.08.03.02	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	934.480	174.613
1.01.08.03.03	Fundos Vinculados	850	1.877
1.01.08.03.20	Outros Créditos	382.534	374.802
1.02	Ativo Não Circulante	24.935.562	23.145.359
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.438.782	9.163.114
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	71.985	89.723
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	71.985	89.723
1.02.01.03	Contas a Receber	171.068	188.595
1.02.01.03.01	Clientes	171.068	188.595
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.258.753	1.220.896
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.258.753	1.220.896
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.936.976	7.663.900
1.02.01.09.03	Tributos Compensáveis	370.638	382.075
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	1.211.207	1.180.274
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro da Concessão	6.138.638	5.840.683
1.02.01.09.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	141.279	177.499
1.02.01.09.20	Outros Créditos	75.214	83.369
1.02.02	Investimentos	7.871.089	6.160.800
1.02.02.01	Participações Societárias	7.871.089	6.160.800
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	7.871.089	6.160.800
1.02.03	Imobilizado	5.766.016	5.817.455
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.516.367	5.577.905

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	249.649	239.550
1.02.04	Intangível	1.859.675	2.003.990
1.02.04.01	Intangíveis	1.859.675	2.003.990
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.859.675	2.003.990

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	31.727.587	29.814.142
2.01	Passivo Circulante	6.739.072	5.921.641
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	152.397	185.693
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	152.397	185.693
2.01.02	Fornecedores	1.716.538	1.066.358
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.716.538	1.066.358
2.01.03	Obrigações Fiscais	602.928	533.452
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	269.761	201.874
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	146.777	34.899
2.01.03.01.02	COFINS	77.994	103.423
2.01.03.01.03	PASEP	17.054	22.611
2.01.03.01.04	INSS	17.215	22.835
2.01.03.01.05	Outros	10.721	18.106
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	325.593	323.234
2.01.03.02.01	ICMS	325.593	323.234
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.574	8.344
2.01.03.03.01	ISSQN	7.574	8.344
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.325.485	2.237.766
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.322.097	1.056.225
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.315.394	1.043.094
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.703	13.131
2.01.04.02	Debêntures	1.003.388	1.181.541
2.01.05	Outras Obrigações	1.941.724	1.898.372
2.01.05.02	Outros	1.941.724	1.898.372
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.107.628	1.107.664
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	176.137	153.437
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	172.727	124.930
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	142.184	138.076
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	322.039	353.865
2.01.05.02.08	Concessões a Pagar	21.009	20.400
2.02	Passivo Não Circulante	11.101.483	11.254.144
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.109.164	7.219.598
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.154.027	2.379.259
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.122.048	2.346.241
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	31.979	33.018
2.02.01.02	Debêntures	4.955.137	4.840.339
2.02.02	Outras Obrigações	3.474.675	3.472.348
2.02.02.02	Outros	3.474.675	3.472.348
2.02.02.02.03	Concessões a Pagar	155.223	151.995
2.02.02.02.04	Obrigações Pós-Emprego	2.342.170	2.310.652
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	162.014	193.025
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	127.646	111.179
2.02.02.02.07	Impostos Taxas e Contribuições Diferidos	687.622	705.497
2.02.03	Tributos Diferidos	245.433	255.813
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	245.433	255.813
2.02.04	Provisões	272.211	306.385

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	215.619	224.455
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.589	26.027
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	131.323	146.229
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	51.707	52.199
2.02.04.02	Outras Provisões	56.592	81.930
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	359	1.179
2.02.04.02.04	Regulatórios	26.078	50.228
2.02.04.02.05	Outras Provisões	30.155	30.523
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	13.887.032	12.638.357
2.03.01	Capital Social Realizado	6.294.208	6.294.208
2.03.02	Reservas de Capital	1.924.503	1.924.733
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.132
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	3.839.882	3.839.882
2.03.04.01	Reserva Legal	853.018	853.018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.861.214	2.861.214
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	71.122	71.122
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	54.528	54.528
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.260.160	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	568.279	579.534
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	568.279	579.534

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.760.772	3.677.594
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.620.269	-1.960.203
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.628.716	-972.787
3.02.02	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-169.542	-126.225
3.02.04	Pessoal e Administradores	-231.885	-212.780
3.02.07	Materiais	-47.214	-51.379
3.02.08	Serviços de Terceiros	-157.124	-145.545
3.02.09	Depreciação e Amortização	-170.545	-187.234
3.02.10	Provisões Operacionais	11.540	-6.259
3.02.11	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-41.135	-34.041
3.02.12	Outras	-36.578	-19.605
3.02.13	Custo de Construção	-149.070	-204.348
3.03	Resultado Bruto	2.140.503	1.717.391
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-214.007	-329.647
3.04.01	Despesas com Vendas	-27.308	-20.622
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-154.236	-346.086
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-147.183	-129.097
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	114.720	166.158
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.926.496	1.387.744
3.06	Resultado Financeiro	-97.539	-163.536
3.06.01	Receitas Financeiras	252.923	139.929
3.06.02	Despesas Financeiras	-350.462	-303.465
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.828.957	1.224.208
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-578.868	-358.861
3.08.01	Corrente	-627.263	-338.390
3.08.02	Diferido	48.395	-20.471
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.250.089	865.347
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.250.089	865.347
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.250.089	865.347
3.99.02.01	PN	0,99	0,69
3.99.02.02	ON	0,99	0,69

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.250.089	865.347
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.184	-876
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-1.184	-876
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.248.905	864.471
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.248.905	864.471

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	618.564	374.597
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.174.377	1.590.530
6.01.01.01	Resultado do Exercício	1.250.089	865.347
6.01.01.02	Impostos de Renda e Contribuição Social	578.868	358.861
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	182.033	202.985
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	1.214	855
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-114.720	-166.158
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	189.747	214.036
6.01.01.07	Provisões para Perdas Operacionais	4.783	42.239
6.01.01.08	Obrigações Pós Emprego	82.363	72.365
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-816.996	-602.103
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-883.780	-209.128
6.01.02.02	Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-759.867	-715.388
6.01.02.03	Transporte de Energia	6.692	70.770
6.01.02.04	Tributos Compensáveis	285.485	37.171
6.01.02.06	Depósitos Vinculados a Litígio	-30.933	109.555
6.01.02.07	Ativos Financeiros	958	304.304
6.01.02.08	Dividendos Recebidos de Controladas	5.231	-4.922
6.01.02.10	Fornecedores	650.180	-44.659
6.01.02.11	Impostos, Taxas e Contribuições	-60.277	-79.194
6.01.02.12	Salários e Contribuições Sociais	-33.296	116.932
6.01.02.13	Encargos Regulatórios	-8.311	-120.620
6.01.02.15	Obrigações Pós Emprego	-46.737	-43.350
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	148.433	43.369
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social	-101.726	-37.981
6.01.02.20	Outros	10.952	-28.962
6.01.03	Outros	-738.817	-613.830
6.01.03.01	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	-314.778	-277.218
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-424.039	-336.612
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.699.312	2.246.756
6.02.01	Em Investimentos	-1.622.977	-64.386
6.02.02	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	90.855	57.948
6.02.03	Em Ativos Financeiros	-13.549	-17.796
6.02.04	Em Imobilizado	-17.014	-7.518
6.02.05	Em Intangível	-137.654	-187.138
6.02.06	Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	0	2.465.646
6.02.07	Fundos Vinculados	1.027	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.544	-2.499.126
6.03.01	Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	505.368	2.370.206
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-515.646	-2.937.454
6.03.03	Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-230	0
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-36	-1.931.878
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.091.292	122.227
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.201.827	1.919.125

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.110.535	2.041.352

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.294.208	1.924.733	3.839.882	0	579.534	12.638.357	0	12.638.357
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.294.208	1.924.733	3.839.882	0	579.534	12.638.357	0	12.638.357
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.250.089	-1.184	1.248.905	0	1.248.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.250.089	0	1.250.089	0	1.250.089
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.184	-1.184	0	-1.184
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-1.184	-1.184	0	-1.184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-230	0	10.071	-10.071	-230	0	-230
5.06.04	Reembolso de ações por dissidência de acionistas	0	-230	0	0	0	-230	0	-230
5.06.05	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído de Imobilizado	0	0	0	10.071	-10.071	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.294.208	1.924.503	3.839.882	1.260.160	568.279	13.887.032	0	13.887.032

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.265.091	3.953.850	2.856.176	0	474.879	11.549.996	0	11.549.996
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.265.091	3.953.850	2.856.176	0	474.879	11.549.996	0	11.549.996
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	892.615	-28.144	864.471	0	864.471
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	865.347	0	865.347	0	865.347
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	27.268	-28.144	-876	0	-876
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-876	-876	0	-876
5.05.02.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído de Imobilizado	0	0	0	27.268	-27.268	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.265.091	3.953.850	2.856.176	892.615	446.735	12.414.467	0	12.414.467

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	6.027.462	4.870.989
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.893.950	4.687.264
7.01.02	Outras Receitas	160.820	204.347
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-27.308	-20.622
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.393.384	-1.763.274
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.964.921	-1.184.798
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-381.833	-473.986
7.02.04	Outros	-46.630	-104.490
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-46.630	-104.490
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.634.078	3.107.715
7.04	Retenções	-182.033	-202.985
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-182.033	-202.985
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.452.045	2.904.730
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	367.643	326.711
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	114.720	166.158
7.06.02	Receitas Financeiras	252.923	160.553
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.819.688	3.231.441
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.819.688	3.231.441
7.08.01	Pessoal	370.471	509.550
7.08.01.01	Remuneração Direta	244.002	240.786
7.08.01.02	Benefícios	109.599	97.996
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.870	16.642
7.08.01.04	Outros	0	154.126
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.820.571	1.502.314
7.08.02.01	Federais	1.085.307	794.189
7.08.02.02	Estaduais	731.701	705.225
7.08.02.03	Municipais	3.563	2.900
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	378.557	354.230
7.08.03.01	Juros	350.462	329.503
7.08.03.02	Aluguéis	28.095	24.727
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.250.089	865.347
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.250.089	865.347

## DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

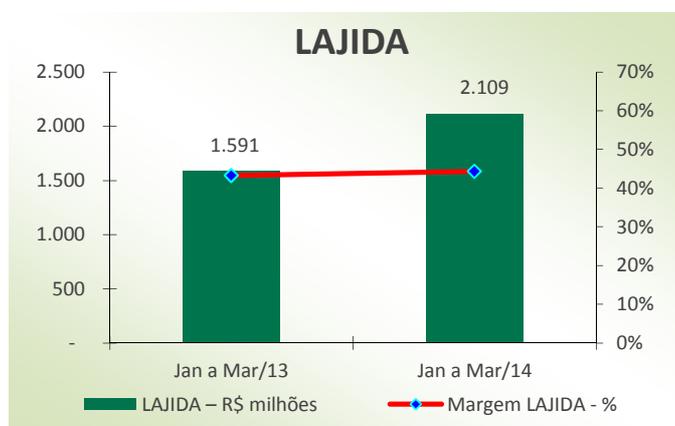
### Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro trimestre de 2014, um resultado de R\$1.250.089, em comparação ao resultado de R\$865.347 no mesmo período de 2013, um aumento de 44,46%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 32,55% no primeiro trimestre de 2014 na comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2014	31/03/2013	Var. %
Resultado do Período	1.250.089	865.347	44,46
+ Despesa de IR e Contribuição Social	578.868	358.861	61,31
+ Resultado Financeiro Líquido	97.539	163.536	(40,36)
+ Depreciação e Amortização	182.033	202.985	(10,32)
= LAJIDA	<b>2.108.529</b>	<b>1.590.729</b>	<b>32,55</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA consolidado no primeiro trimestre de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013, deve-se, principalmente, ao aumento de 29,45% na receita, compensado, parcialmente, pelo aumento de 22,81% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA passou de 43,26%, no primeiro trimestre de 2013, para 44,30%, no primeiro trimestre de 2014.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$3.917.747 no primeiro trimestre de 2014 em comparação a R\$3.467.398 no mesmo período de 2013, representado um aumento de 12,99%.

### *Consumidores Finais*

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$3.439.223 no primeiro trimestre de 2014 comparada a R\$2.999.677 no mesmo período de 2013, representado um aumento de 14,65%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 10,72% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013;
- reajuste nos contratos de venda de energia para consumidores livres, sendo a maior parte dos contratos indexados à variação do IGP-M, associado ao aumento de 39,9% na quantidade de consumidores livres do mercado industrial;

### ***Evolução do Mercado***

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no primeiro trimestre de 2014, comparativamente às do mesmo período de 2013:

	MWh (1)		
	31/03/2014	31/03/2013	Var %
Residencial	2.567.781	2.312.569	11,04
Industrial	6.110.066	5.499.782	11,10
Comércio, Serviços e Outros	1.662.481	1.528.696	8,75
Rural	743.703	632.817	17,52
Poder Público	220.672	208.265	5,96
Iluminação Pública	329.739	309.813	6,43
Serviço Público	319.227	304.326	4,90
Subtotal	<b>11.953.669</b>	<b>10.796.268</b>	<b>10,72</b>
Consumo Próprio	9.769	8.636	13,12
	<b>11.963.438</b>	<b>10.804.904</b>	<b>10,72</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.863.170	3.883.530	(0,52)
Total	<b>15.826.608</b>	<b>14.688.434</b>	<b>7,75</b>

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

O mercado residencial, industrial, comercial e rural apresentaram, no primeiro trimestre de 2014, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de 11,04% para o mercado residencial, principalmente, pelo aumento de 7,2% no consumo médio por consumidor, associado ao aumento de 3,4% na quantidade de consumidores;
- crescimento de 11,10% para o mercado industrial, principalmente, pelo aumento de 39,9% na quantidade de consumidores livres;
- crescimento de 8,75% para o mercado comercial, principalmente, pelo aumento de 6,05% no consumo médio por consumidor, associado ao aumento de 2,5% na quantidade de consumidores;
- crescimento de 17,52% para o mercado rural está associado ao nível de precipitação pluviométrica, abaixo da média histórica esperada para o período e ocorrência de temperaturas mais elevadas, com maior demanda de energia para irrigação, que teve crescimento de 27,9%.

#### Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro trimestre de 2014, a receita foi de R\$195.928 comparada a R\$339.119 do mesmo período de 2013, o que representou uma redução de 42,22%. Esta variação decorre, principalmente, da redução tarifária, com impacto médio percebido pelos consumidores livres de 33,22% a partir de 08 de abril de 2013.

### Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$1.326.907 no primeiro trimestre de 2014 comparada a R\$578.747 no mesmo período de 2013, um aumento de 129,27%. Este resultado decorre, principalmente, da alta de 107,52% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$669,76/MWh no primeiro trimestre de 2014 e R\$322,75/MWh no mesmo período de 2013), associada à uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período.

### Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 50,07% nos períodos comparados (R\$299.284 no primeiro trimestre de 2014, em comparação a R\$199.426 no mesmo período de 2013), decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 70,63% no repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$136.026 no primeiro trimestre de 2014, em comparação a R\$79.721 no mesmo período de 2013;
- glosas, autorizadas pela CCEE, nas faturas de energia elétrica comprada proveniente de usinas termelétricas, decorrentes de geração inferior ao determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ocorridas no primeiro trimestre de 2014 no montante de R\$33.051.

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.282.248 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$1.213.583 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 5,66%. Este resultado deve-se, principalmente, aos tributos calculados com base em percentual do faturamento, sendo que as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita. Este aumento foi, parcialmente, compensado pela redução nos encargos do consumidor, descrita em mais detalhes a seguir:

### Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). No primeiro trimestre de 2013 os encargos referentes à CCC foram de R\$25.487, referente a janeiro de 2013.

### Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à RGR no primeiro trimestre de 2014 foram de R\$11.099. Esta redução decorre, principalmente, dos efeitos da Lei 12.783/13, que isentou a Cemig Distribuição do recolhimento da RGR a partir de fevereiro de 2013.

### Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$42.132, no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$33.436, do primeiro trimestre de 2013, representando aumento de 26,01%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

### Encargos Adicionais Lei 12.111/09

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia reconheceu uma redução de despesa no valor de R\$5.655, a título de ressarcimento autorizado pela ANEEL através do Ofício 782/2013. Esse ressarcimento se deu em função de montantes do adicional de 30% de que trata a Lei nº 12.111/2009 recolhidos indevidamente no período de janeiro a março de 2013. No primeiro trimestre de 2013, o valor registrado nessa rubrica foi uma despesa de R\$8.230.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)***

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$2.948.996 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$2.456.008 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 20,07%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.



As principais variações nos Custos e Despesas Operacionais estão descritas a seguir:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.628.716 no primeiro trimestre de 2014, comparada a R\$972.787 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 67,43%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior volume de compra de energia no ambiente livre no primeiro trimestre de 2014, uma variação de R\$136.848, em função da maior atividade de comercialização pela Cemig GT, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;
- baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País;
- aumento de 72,42% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$578.921 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$335.758 no mesmo período de 2013, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. No primeiro trimestre de 2014, a Companhia reconheceu uma compensação dos custos com energia elétrica comprada de curto prazo no montante de R\$836.580.
- redução de 11,41% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$204.640 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$230.994 no mesmo período de 2013, em decorrência, principalmente, da redução de 24,71% na quantidade de energia comprada, sendo 1.541.042 MWh no primeiro trimestre de 2014 comparados a 2.046.846 MWh no mesmo período de 2013. O efeito desta redução na quantidade foi, parcialmente, compensado pela desvalorização do Real frente ao Dólar, sendo que o Dólar médio relativo às faturas no primeiro trimestre de 2014 foi de R\$2,34, em comparação a R\$1,99 do mesmo período de 2013, o que representou um aumento de 17,59%;

### Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$169.542 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$126.225 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 34,32%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

### Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$294.781 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$442.930 no mesmo período de 2013, representando um decréscimo de 33,45%. Essa variação decorre, basicamente, dos custos registrados no ano anterior, no montante de R\$154.127, referentes ao Programa de Desligamento Voluntário implementando pela Companhia na época.

### Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$149.070 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$204.348 do mesmo período de 2013, uma redução de 27,05%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

### Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$4.783 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$42.238 do mesmo período de 2013, uma redução de 88,68%. Este resultado decorre, basicamente, da reversão de provisões trabalhistas no primeiro trimestre de 2014, no valor de R\$9.016, na comparação com provisões de R\$39.972 realizadas no primeiro trimestre de 2013.

### Outras Despesas Operacionais Líquidas

As outras Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$110.179 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$86.853 no mesmo período de 2013, o que representou um aumento de 26,86%. Este aumento decorre, dentre outros fatores, da baixa de bens no primeiro trimestre de 2014, em função de inventário físico.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro no primeiro trimestre de 2014 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$97.539, comparada a Despesa Financeira Líquida de R\$163.536 no mesmo período de 2013. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, no primeiro trimestre de 2013, da atualização monetária do Ativo Financeiro referente à Base Regulatória de Remuneração (BRR) dos Ativos, no montante de R\$112.593. O índice de correção é o IGP-M;
- aumento de 108,34% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$72.060 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$34.587 no mesmo período de 2013, decorrente, basicamente, do maior volume de recursos aplicados no primeiro trimestre de 2014;
- receita com atualização monetária do contrato CRC no montante de R\$43.547, no primeiro trimestre de 2013, em decorrência de sua quitação antecipada. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013;
- aumento de 77,94% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$116.221 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$65.314 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre, substancialmente, do maior saldo médio no 1º trimestre de 2014 de empréstimos vinculados à inflação na comparação com o mesmo período de 2013 e, em menor parte, da maior variação do IPCA no período (2,18% no 1º trimestre de 2014 em comparação a 1,94% no 1º trimestre de 2013);

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$578.868 em relação ao Resultado de R\$1.828.957 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 31,65%. No primeiro trimestre de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$358.861 em relação ao Resultado de R\$1.224.208, representando um percentual de 29,31%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	10
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	13
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
6. CONSUMIDORES E REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA .....	14
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	16
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO .....	19
10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE) .....	19
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO .....	20
12. INVESTIMENTOS.....	23
13. IMOBILIZADO .....	29
14. INTANGÍVEL.....	31
15. FORNECEDORES .....	33
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	33
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	34
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	37
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	37
20. PROVISÕES .....	38
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	46
22. RECEITA .....	47
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	49
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	51
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	52
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	54
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO .....	62
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	63
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	65

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

## ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.110.535	2.201.827	241.816	286.183
Títulos e Valores Mobiliários	5	860.454	933.571	190.850	163.591
Consumidores e Revendedores	6	2.780.744	1.911.731	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	6	238.814	240.520	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	11	4.852	2.254	-	-
Tributos Compensáveis	7	207.496	481.544	4.825	4.817
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	146.940	248.615	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		42.617	42.617	-	-
Dividendos a Receber		44.288	17.086	1.213.824	1.202.165
Fundos Vinculados		850	1.877	366	98
Estoques		37.421	37.726	10	12
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	10	934.480	174.613	-	-
Outros Créditos		382.534	374.802	17.560	10.591
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>6.792.025</b>	<b>6.668.783</b>	<b>1.669.251</b>	<b>1.667.457</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e Valores Mobiliários	5	71.985	89.723	15.781	16.534
Concessionários – Transporte de Energia	6	3.302	8.288	-	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.258.753	1.220.896	326.155	322.372
Tributos Compensáveis	7	370.638	382.075	6.553	6.553
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	141.279	177.499	141.279	177.499
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.211.207	1.180.274	151.624	147.839
Consumidores e Revendedores	6	167.766	180.307	-	-
Outros Créditos		75.214	83.369	8.030	25.741
Ativo Financeiro da Concessão	11	6.138.638	5.840.683	-	-
Investimentos	12	7.871.089	6.160.800	12.978.624	11.764.443
Imobilizado	13	5.766.016	5.817.455	1.257	1.313
Intangível	14	1.859.675	2.003.990	686	753
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>24.935.562</b>	<b>23.145.359</b>	<b>13.629.989</b>	<b>12.463.047</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>31.727.587</b>	<b>29.814.142</b>	<b>15.299.240</b>	<b>14.130.504</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

## EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

## PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Fornecedores	15	1.716.538	1.066.358	8.104	15.325
Encargos Regulatórios	18	176.137	153.437	-	-
Participações nos Lucros		172.727	124.930	14.672	10.820
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	456.151	498.553	20.838	66.879
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	146.777	34.899	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		1.107.628	1.107.664	1.107.628	1.107.664
Empréstimos e Financiamentos	17	1.322.097	1.056.225	-	-
Debêntures	17	1.003.388	1.181.541	-	-
Salários e Contribuições Sociais		152.397	185.693	6.801	9.957
Obrigações Pós-emprego	19	142.184	138.076	8.014	7.759
Concessões a Pagar		21.009	20.400	-	-
Outras Obrigações		322.039	353.865	18.388	30.834
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>6.739.072</b>	<b>5.921.641</b>	<b>1.184.445</b>	<b>1.249.238</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos Regulatórios	18	162.014	193.025	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	2.154.027	2.379.259	-	-
Debêntures	17	4.955.137	4.840.339	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	687.622	705.497	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	245.433	255.813	-	-
Provisões	20	272.211	306.385	52.361	67.714
Concessões a Pagar		155.223	151.995	-	-
Obrigações Pós-emprego	19	2.342.170	2.310.652	118.925	117.558
Outras Obrigações		127.646	111.179	56.477	57.637
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.101.483</b>	<b>11.254.144</b>	<b>227.763</b>	<b>242.909</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>17.840.555</b>	<b>17.175.785</b>	<b>1.412.208</b>	<b>1.492.147</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	21				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.733	1.924.503	1.924.733
Reservas de Lucros		3.839.882	3.839.882	3.839.882	3.839.882
Ajustes de Avaliação Patrimonial		568.279	579.534	568.279	579.534
Lucros Acumulados		1.260.160	-	1.260.160	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>13.887.032</b>	<b>12.638.357</b>	<b>13.887.032</b>	<b>12.638.357</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>31.727.587</b>	<b>29.814.142</b>	<b>15.299.240</b>	<b>14.130.504</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	22	<b>4.760.772</b>	<b>3.677.594</b>	<b>80</b>	<b>80</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	23				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.628.716)	(972.787)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(169.542)	(126.225)	-	-
		<u>(1.798.258)</u>	<u>(1.099.012)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>OUTROS CUSTOS</b>	23				
Pessoal e Administradores		(231.885)	(212.780)	-	-
Materiais		(47.214)	(51.379)	-	-
Serviços de Terceiros		(157.124)	(145.545)	-	-
Depreciação e Amortização		(170.545)	(187.234)	-	-
Provisões Operacionais		11.540	(6.259)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(41.135)	(34.041)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(149.070)	(204.348)	-	-
Outras		(36.578)	(19.605)	-	-
		<u>(822.011)</u>	<u>(861.191)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(2.620.269)</b>	<b>(1.960.203)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>2.140.503</b>	<b>1.717.391</b>	<b>80</b>	<b>80</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	23				
Despesas com Vendas		(27.308)	(20.622)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(154.236)	(346.086)	(14.807)	(42.443)
Outras Despesas Operacionais		(147.183)	(129.097)	(4.384)	(7.335)
		<u>(328.727)</u>	<u>(495.805)</u>	<u>(19.191)</u>	<u>(49.778)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		114.720	166.158	1.254.062	876.936
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>1.926.496</b>	<b>1.387.744</b>	<b>1.234.951</b>	<b>827.238</b>
Receitas Financeiras	24	252.923	139.929	13.170	53.138
Despesas Financeiras	24	(350.462)	(303.465)	(1.815)	(23.142)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>1.828.957</b>	<b>1.224.208</b>	<b>1.246.306</b>	<b>857.234</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8c	(627.263)	(338.390)	-	(1.896)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	48.395	(20.471)	3.783	10.009
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b><u>1.250.089</u></b>	<b><u>865.347</u></b>	<b><u>1.250.089</u></b>	<b><u>865.347</u></b>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21			<b>0,99</b>	<b>0,69</b>
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21			<b>0,99</b>	<b>0,69</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
RESULTADO DO PERÍODO	1.250.089	865.347	1.250.089	865.347
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	325	(166)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(1.509)	(710)	(1.184)	(876)
	(1.184)	(876)	(1.184)	(876)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>1.248.905</b>	<b>864.471</b>	<b>1.248.905</b>	<b>864.471</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>4.265.091</b>	<b>3.953.850</b>	<b>2.856.176</b>	<b>474.879</b>	<b>-</b>	<b>11.549.996</b>
Resultado do período	-	-	-	-	865.347	865.347
<b>Outros resultados abrangentes</b>						
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(166)	-	(166)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	(710)	-	(710)
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(876)</b>	<b>865.347</b>	<b>864.471</b>
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido</b>						
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(27.268)	27.268	-
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013</b>	<b>4.265.091</b>	<b>3.953.850</b>	<b>2.856.176</b>	<b>446.735</b>	<b>892.615</b>	<b>12.414.467</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.733</b>	<b>3.839.882</b>	<b>579.534</b>	<b>-</b>	<b>12.638.357</b>
Resultado do período	-	-	-	-	1.250.089	1.250.089
<b>Outros resultados abrangentes</b>						
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	325	-	325
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	(1.509)	-	(1.509)
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.184)</b>	<b>1.250.089</b>	<b>1.248.905</b>
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido:</b>						
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	-	-	(230)
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(10.071)	10.071	-
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014</b>	<b>6.294.208</b>	<b>1.924.503</b>	<b>3.839.882</b>	<b>568.279</b>	<b>1.260.160</b>	<b>13.887.032</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

**PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013**

**(Em Milhares de Reais)**

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Resultado do Período	1.250.089	865.347	1.250.089	865.347
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>				
Impostos de Renda e Contribuição Social	578.868	358.861	(3.783)	(8.113)
Depreciação e Amortização	182.033	202.985	123	94
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	1.214	855	-	18
Resultado de Equivalência Patrimonial	(114.720)	(166.158)	(1.254.062)	(876.936)
Juros e Variações Monetárias	189.747	214.036	-	(22.196)
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	4.783	42.239	(10.985)	12.043
Obrigações Pós-emprego	82.363	72.365	4.213	4.258
	<u>2.174.377</u>	<u>1.590.530</u>	<u>(14.405)</u>	<u>(25.485)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(883.780)	(209.128)	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(759.867)	(715.388)	-	-
Tributos Compensáveis	285.485	37.171	(7)	57.277
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	148.433	43.369	36.221	(32.109)
Transporte de Energia	6.692	70.770	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(30.933)	109.555	(3.785)	119.252
Dividendos recebidos de Investimentos	5.231	(4.922)	30.331	5.958
Ativo Financeiro da Concessão	958	304.304	-	-
Outros	(13.674)	(38.357)	7.449	9.673
	<u>(1.241.455)</u>	<u>(402.626)</u>	<u>70.209</u>	<u>160.051</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	650.180	(44.659)	(7.221)	(1.083)
Impostos, Taxas e Contribuições	(60.277)	(79.194)	(46.042)	(39.385)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(101.726)	(37.981)	-	31.255
Salários e Contribuições Sociais	(33.296)	116.932	(3.156)	2.803
Encargos Regulatórios	(8.311)	(120.620)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(46.737)	(43.350)	(2.591)	(2.377)
Outros	24.626	9.395	(14.121)	1.334
	<u>424.459</u>	<u>(199.477)</u>	<u>(73.131)</u>	<u>(7.453)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.357.381	988.427	(17.327)	127.113
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(314.778)	(277.218)	-	(16.112)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(424.039)	(336.612)	-	(32.337)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u><b>618.564</b></u>	<u><b>374.597</b></u>	<u><b>(17.327)</b></u>	<u><b>78.664</b></u>



	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	90.855	57.948	(26.506)	(81.904)
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	2.465.646	-	2.465.646
Fundos Vinculados	1.027	-	(268)	-
Em Ativos Financeiros	(13.549)	(17.796)	-	-
Em Investimentos				
Alienação de Investimentos	-	-	-	102
Aquisição de Investimentos	-	(64.386)	-	-
Aporte de Capital	(1.622.977)	-	-	-
Em Imobilizado	(17.014)	(7.518)	-	-
Em Intangível	(137.654)	(187.138)	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.699.312)</b>	<b>2.246.756</b>	<b>(26.774)</b>	<b>2.383.844</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	(230)	-	(230)	-
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	505.368	2.370.206	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(515.646)	(2.937.454)	-	(1.088.000)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(36)	(1.931.878)	(36)	(1.931.878)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(10.544)</b>	<b>(2.499.126)</b>	<b>(266)</b>	<b>(3.019.878)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(1.091.292)</b>	<b>122.227</b>	<b>(44.367)</b>	<b>(557.370)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
No início do período	2.201.827	1.919.125	286.183	1.057.122
No fim do período	1.110.535	2.041.352	241.816	499.752
	<b>(1.091.292)</b>	<b>122.227</b>	<b>(44.367)</b>	<b>(557.370)</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MÊSES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	31/03/2014		31/03/2013		31/03/2014		31/03/2013	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de Energia e Serviços	5.893.950		4.687.264		80		80	
Receita de Construção de Distribuição	135.521		186.708		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	13.549		17.639		-		-	
Outras Receitas	11.750		-		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.308)		(20.622)		-		-	
	<b>6.027.462</b>		<b>4.870.989</b>		<b>80</b>		<b>80</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.777.948)		(1.042.537)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(186.973)		(142.261)		-		-	
Serviços de Terceiros	(277.448)		(284.517)		(2.240)		(1.183)	
Materiais	(104.385)		(189.469)		(27)		(30)	
Outros Custos Operacionais	(46.630)		(104.490)		3.509		(23.053)	
	<b>(2.393.384)</b>		<b>(1.763.274)</b>		<b>1.242</b>		<b>(24.266)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>3.634.078</b>		<b>3.107.715</b>		<b>1.322</b>		<b>(24.186)</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e Amortização	(182.033)		(202.985)		(123)		(94)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>3.452.045</b>		<b>2.904.730</b>		<b>1.199</b>		<b>(24.280)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de Equivalência Patrimonial	114.720		166.158		1.254.062		876.936	
Receitas Financeiras	252.923		160.553		13.170		53.138	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.819.688</b>		<b>3.231.441</b>		<b>1.268.431</b>		<b>905.794</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>								
<b>Empregados</b>	<b>370.471</b>	<b>9,70</b>	<b>509.550</b>	<b>15,77</b>	<b>17.158</b>	<b>1,35</b>	<b>22.403</b>	<b>2,48</b>
Remuneração direta	244.002	6,39	240.786	7,45	10.642	0,84	9.703	1,07
Benefícios	109.599	2,87	97.996	3,03	5.467	0,43	5.700	0,63
FGTS	16.870	0,44	16.642	0,52	1.049	0,08	891	0,10
Programa de Desligamento	-	-	154.126	4,77	-	-	6.109	0,68
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>1.820.571</b>	<b>47,66</b>	<b>1.502.314</b>	<b>46,49</b>	<b>(834)</b>	<b>(0,06)</b>	<b>(5.265)</b>	<b>(0,58)</b>
Federais	1.085.307	28,41	794.189	24,58	(932)	(0,07)	(5.324)	(0,59)
Estaduais	731.701	19,16	705.225	21,82	24	-	-	-
Municipais	3.563	0,09	2.900	0,09	74	0,01	59	0,01
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>378.557</b>	<b>9,91</b>	<b>354.230</b>	<b>10,96</b>	<b>2.018</b>	<b>0,16</b>	<b>23.309</b>	<b>2,57</b>
Juros	350.462	9,18	329.503	10,20	1.815	0,14	23.142	2,55
Aluguéis	28.095	0,73	24.727	0,76	203	0,02	167	0,02
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>1.250.089</b>	<b>32,73</b>	<b>865.347</b>	<b>26,78</b>	<b>1.250.089</b>	<b>98,55</b>	<b>865.347</b>	<b>95,53</b>
Lucros Acumulados	1.250.089	32,73	865.347	26,78	1.250.089	98,55	865.347	95,53
	<b>3.819.688</b>	<b>100,00</b>	<b>3.231.441</b>	<b>100,00</b>	<b>1.268.431</b>	<b>100,00</b>	<b>905.794</b>	<b>100,00</b>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

##### 2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2013, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2014.

Em 13 de maio de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

## 2.2. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas completas de 31 de dezembro de 2013 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2014.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao desempenho no trimestre no período findo em 31 de março de 2014 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2013	ITR do 1T-2014	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
5	29	Segmentos Operacionais
6	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	5	Títulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígio
13	10	Repasses De Recursos Da Conta De Desenvolvimento Econômico (CDE)
14	11	Ativo Financeiro da Concessão
15	12	Investimentos
16	13	Imobilizado
17	14	Intangível
18	15	Fornecedores
19	16	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
20	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
21	18	Encargos Regulatórios
22	19	Obrigações Pós-Emprego
23	20	Provisões
24	21	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
25	22	Receita
26	23	Custos e Despesas Operacionais
27	24	Receitas e Despesas Financeiras
28	25	Transações com Partes Relacionadas
29	26	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
30	27	Mensuração Pelo Valor Justo
33	28	Evento Subsequente

As Notas Explicativas do relatório anual de 2013 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não seria aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013)
12	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
31	Seguros
32	Obrigações Contratuais

### 2.3. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

*IFRIC 21 - Taxações* – Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

*IAS 36 – Impairment de ativos* – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

*IAS 39* – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

*Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27* – As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre estas informações financeiras intermediárias.

## 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo da consolidação e de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/03/2014	31/12/2013
		Participação Direta (%)	Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Telecom	Consolidação	100,00	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Capim Branco Energia	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00	100,00
Central Termelétrica de Cogeração	Consolidação	100,00	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00	100,00
Cemig Serviços	Consolidação	100,00	100,00

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	34.722	74.713	4.495	7.724
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	977.126	1.892.939	216.290	236.521
Overnight	95.822	228.131	21.031	41.938
Outros	2.865	6.044	-	-
	1.075.813	2.127.114	237.321	278.459
	<b>1.110.535</b>	<b>2.201.827</b>	<b>241.816</b>	<b>286.183</b>

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (que variam entre 70% a 110% conforme operação).

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de “Overnight” que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	272.874	196.506	61.175	27.854
Letras Financeiras - Bancos	378.379	503.832	83.063	92.839
Letras Financeiras do Tesouro	80.025	37.758	17.564	6.958
Debêntures	107.587	170.248	23.613	31.371
Outros	21.589	25.227	5.435	4.569
	<b>860.454</b>	<b>933.571</b>	<b>190.850</b>	<b>163.591</b>
<b>Não Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	41	40	9	8
Letras Financeiras - Bancos	71.548	89.068	15.686	16.412
Outros	396	615	86	114
	<b>71.985</b>	<b>89.723</b>	<b>15.781</b>	<b>16.534</b>
	<b>932.439</b>	<b>1.023.294</b>	<b>206.631</b>	<b>180.125</b>

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

## 6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2014	31/12/2013
Fornecimento Faturado	769.425	356.042	505.848	1.631.315	1.726.317
Fornecimento não Faturado	699.610	-	-	699.610	511.537
Suprimento a Outras Concessionárias	732.221	479.447	4.181	1.215.849	438.744
Concessionários – Transporte de Energia	78.275	2.974	160.867	242.116	248.808
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(598.264)	(598.264)	(584.560)
	<b>2.279.531</b>	<b>838.463</b>	<b>72.632</b>	<b>3.190.626</b>	<b>2.340.846</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>3.019.558</b>	<b>2.152.251</b>
<b>Ativo não Circulante</b>				<b>171.068</b>	<b>188.595</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26 desta Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

### Decreto nº 8.221/2014

O Decreto nº 8.221/2014 determina que caberá à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) contratar as operações de crédito destinadas à cobertura dos custos extraordinários das distribuidoras provenientes de energia termoeletrica e do mercado de curto prazo, para o período de fevereiro até dezembro de 2014, e que caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a homologação, mensal, dos valores a serem pagos pela Conta-ACR à cada concessionária de distribuição.

Adicionalmente, determina que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 10 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Os valores a receber referente Suprimento a Outras Concessionárias em março de 2014 de R\$1.215.849 em comparação a R\$438.744 em 31 de dezembro de 2013, decorrem principalmente de uma maior disponibilidade de energia liquidada na CCEE no período, associada à alta verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2014	31/12/2013
Residencial	155.146	147.327
Industrial	301.295	298.660
Comércio, Serviços e Outras	86.608	83.679
Rural	18.295	18.422
Poder Público	10.241	10.298
Iluminação Pública	11.136	11.060
Serviço Público	10.391	10.357
Outros	5.152	4.757
	<b>598.264</b>	<b>584.560</b>

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é como segue:

	31/12/2013	Constituições	Baixas	31/03/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	584.560	27.308	(13.604)	598.264

## 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	123.225	115.398	3.429	3.429
PIS-PASEP	7.731	47.144	2	-
COFINS	70.238	313.509	9	-
Outros	6.302	5.493	1.385	1.388
	<u>207.496</u>	<u>481.544</u>	<u>4.825</u>	<u>4.817</u>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	245.302	248.711	4.754	4.754
PIS-PASEP	21.975	23.414	1	1
COFINS	101.566	108.155	3	3
Outros	1.795	1.795	1.795	1.795
	<u>370.638</u>	<u>382.075</u>	<u>6.553</u>	<u>6.553</u>
	<u><b>578.134</b></u>	<u><b>863.619</b></u>	<u><b>11.378</b></u>	<u><b>11.370</b></u>

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2014.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados para o ano de 2014, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	109.041	181.033	-	-
Contribuição Social	37.899	67.582	-	-
	<u>146.940</u>	<u>248.615</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda	63.501	167.260	131.008	167.260
Contribuição Social	77.778	10.239	10.271	10.239
	<u>141.279</u>	<u>177.499</u>	<u>141.279</u>	<u>177.499</u>
	<u><b>288.219</b></u>	<u><b>426.114</b></u>	<u><b>141.279</b></u>	<u><b>177.499</b></u>

## b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<b>Créditos Tributários</b>				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	266.499	259.396	266.499	259.396
Provisões	92.442	104.055	17.803	23.023
Obrigações Pós-Emprego	569.492	558.475	29.593	29.097
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	205.275	200.617	7.963	7.988
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	179.217	179.217	-	-
Concessão Onerosa	69.574	67.053	-	-
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (2)	170.904	105.561	-	-
Outros	56.164	42.966	4.297	2.868
<b>Total</b>	<b>1.609.567</b>	<b>1.517.340</b>	<b>326.155</b>	<b>322.372</b>
<b>Obrigações Diferidas</b>				
Custo de Captação	(3.029)	(3.551)	-	-
Custo atribuído	(333.221)	(335.232)	-	-
Ajuste a valor presente	(86.011)	(84.319)	-	-
Encargos Capitalizados	(47.264)	(40.907)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.246)	(2.053)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(84.537)	(84.537)	-	-
Atualização do Ativo Financeiro	(39.939)	(1.658)	-	-
<b>Total</b>	<b>(596.247)</b>	<b>(552.257)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>1.013.320</b>	<b>965.083</b>	<b>326.155</b>	<b>322.372</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.258.753</b>	<b>1.220.896</b>	<b>326.155</b>	<b>322.372</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>(245.433)</b>	<b>(255.813)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

(2) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>965.083</b>	<b>322.372</b>
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	48.395	3.783
Realizações efetuadas	(158)	-
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>1.013.320</b>	<b>326.155</b>



### c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue :

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.828.957	1.224.208	1.246.306	857.234
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(621.845)	(416.231)	(423.744)	(291.460)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		-		
Resultado de Equivalência Patrimonial	39.005	56.494	426.381	298.158
Contribuições e Doações Inedutíveis	(698)	(425)	-	(3)
Incentivo Fiscal	2.401	2.325	-	15
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(31)	498	1	70
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	6.023	7.316	-	-
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(1.366)	-	(488)
Multas Inedutíveis	(2.042)	(3.505)	-	-
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.174)	-	-	-
Outros	1.493	(3.967)	1.145	1.821
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva</b>	<b>(578.868)</b>	<b>(358.861)</b>	<b>3.783</b>	<b>8.113</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>31,65%</b>	<b>29,31%</b>	<b>(0,30%)</b>	<b>(0,95%)</b>
<b>Imposto Corrente</b>	<b>(627.263)</b>	<b>(338.390)</b>	<b>-</b>	<b>(1.896)</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>48.395</b>	<b>(20.471)</b>	<b>3.783</b>	<b>10.009</b>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013, a Medida Provisória nº 627/13 tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

Os principais pontos de atenção considerados pela Companhia, no que se refere aos seus procedimentos, estão sendo objeto de estudo específico, bem como a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014, também, dependerá de análise última sobre o texto definitivo da nova Lei e do aguardo da regulamentação pela Receita Federal do Brasil quanto à sua formalização. Não obstante, a Administração, com base nesta faculdade prevista na MP, não prevê, neste momento, efeitos retroativos significativos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas da Companhia.

## 9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<b>Trabalhista</b>	<b>310.246</b>	<b>282.387</b>	<b>35.145</b>	<b>28.653</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>				
Imposto de Renda sob JCP	14.478	14.478	-	-
PASEP/COFINS (1)	729.133	719.973	-	-
Outros	88.866	97.429	87.791	87.601
	<b>832.477</b>	<b>831.880</b>	<b>87.791</b>	<b>87.601</b>
<b>Outros</b>				
Regulatório	41.096	34.610	13.148	13.148
Responsabilidade Civil	7.606	9.639	6.503	6.946
Relações de Consumo	4.988	5.032	2.273	2.397
Bloqueio Judicial	8.967	12.896	4.493	6.837
Outros	5.827	3.830	2.271	2.257
	<b>68.484</b>	<b>66.007</b>	<b>28.688</b>	<b>31.585</b>
	<b>1.211.207</b>	<b>1.180.274</b>	<b>151.624</b>	<b>147.839</b>

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

## 10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

### Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Estes repasses foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, em 31 de março de 2014, como receitas de subsídios, no montante de R\$136.026. A Companhia tem a receber R\$181.368, dos quais R\$45.342 referem-se a saldos de 2013.

### Reembolso de custos com energia comprada

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.



Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade, além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo, para o período de fevereiro até dezembro de 2014.

O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela Conta-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/2014, considerando a cobertura tarifária vigente.

Define que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Estes repasses de CDE referentes ao período de janeiro a março de 2014 foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, em 31 de março de 2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, no montante de R\$836.580, dos quais a Companhia tem a receber R\$753.112, referentes à energia adquirida em fevereiro e março de 2014.

## 11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição e transmissão da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

### **Ativos de transmissão**

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$533.588 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

A Resolução Normativa ANEEL (ReN) nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. A Companhia informou à ANEEL o seu cronograma para entrega do Laudo de Avaliação, com data prevista para 31 de julho de 2014, a Agência terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data de protocolo, para manifestar o aceite do Laudo de Avaliação e mais 120 (cento e vinte) dias, a partir do aceite, para validação das informações com conseqüente aferição do valor indenizável.

Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de tarifa, conforme estabelecido pela ANEEL através de autorizações específicas.

### **Ativos de distribuição**

Em 25 de março de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, no uso de suas atribuições, através do Despacho do Diretor-Geral nº 729, reconheceu parcialmente o pedido de reconsideração da Companhia no Recurso Administrativo interposto pela Cemig-D contra o Despacho nº 689/2013, aprovando novo valor para a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Concessionária, cujo valor Líquida passou a ser de R\$5.849.143, representando um acréscimo de R\$337.375. A Companhia está analisando o resultado do julgamento, para eventuais questionamentos adicionais relacionados ao valor da BRR aprovada.



Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	31/03/2014	31/12/2013
Concessões de Distribuição	5.351.764	5.063.802
Concessões de Transmissão		
Indenização a Receber	533.588	533.588
Ativos Remunerados por Tarifa	258.138	245.547
	791.726	779.135
<b>Total</b>	<b>6.143.490</b>	<b>5.842.937</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.852</b>	<b>2.254</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>6.138.638</b>	<b>5.840.683</b>

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>779.135</b>	<b>5.063.802</b>	<b>5.842.937</b>
Adição	13.549	-	13.549
Baixas	-	(1.182)	(1.182)
Transferências	-	176.550	176.550
Recebimentos	(958)	-	(958)
Atualização Financeira	-	112.594	112.594
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>791.726</b>	<b>5.351.764</b>	<b>6.143.490</b>

## 12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Cemig Geração e Transmissão	-	-	4.898.763	3.815.017
Hidrelétrica Cachoeirão	32.321	33.922	-	-
Guanhães Energia	67.428	67.428	-	-
Hidrelétrica Pipoca	26.152	25.069	-	-
Chiplep	739.117	-	-	-
Madeira Energia	673.237	642.585	-	-
Lightger	40.890	40.076	-	-
Baguari Energia	205.474	199.411	-	-
Renova	810.129	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	61.594	61.201	-	-
Central Eólica Volta do Rio	78.817	77.884	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	60.579	60.948	-	-
Amazônia Energia	340.058	310.797	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.491.078	2.492.858
Light	1.223.064	1.190.464	1.223.064	1.190.464
TAESA	2.285.063	2.249.382	2.285.063	2.249.382
Cemig Telecom	-	-	234.776	237.172
Ativas Data Center	4.397	4.397	-	-
Gasmig	588.584	577.239	588.584	577.239
Rosal Energia	-	-	139.794	140.005
Sá Carvalho	-	-	128.302	121.816
Horizontes Energia	-	-	78.960	76.103
Usina Térmica Ipatinga	-	-	29.865	26.362
Cemig PCH	-	-	90.024	87.569
Cemig Capim Branco Energia	-	-	149.418	128.426
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	103.969	103.271	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	29.636	28.933	29.636	28.933
UTE Barreiro	-	-	35.375	34.775
Companhia Transudeste de Transmissão	14.515	13.809	14.515	13.809
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	13.193	10.448
Companhia Transirapé de Transmissão	14.010	14.262	14.010	14.262
Transchile	53.861	54.825	53.861	54.825
Efficientia	-	-	7.315	7.253
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	6.037	5.942
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	18.429	17.666	18.429	17.666
Cemig Trading	-	-	48.797	46.886
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.706	7.886	9.706	7.886
Parati	389.084	379.345	389.084	379.345
Cemig Overseas (*)	975	-	975	-
	<b>7.871.089</b>	<b>6.160.800</b>	<b>12.978.624</b>	<b>11.764.443</b>

(\*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

**A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:**

Controladora	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos Provisão	Outros	31/03/2014
Cemig Geração e Transmissão	3.815.017	1.083.745	-	-	1	4.898.763
Cemig Distribuição	2.492.858	(1.780)	-	-	-	2.491.078
Cemig Telecom	237.172	(2.721)	325	-	-	234.776
Rosal Energia	140.005	(602)	-	-	391	139.794
Sá Carvalho	121.816	6.490	-	-	(4)	128.302
Gasmig	577.239	11.345	-	-	-	588.584
Horizontes Energia	76.103	2.857	-	-	-	78.960
Usina Térmica Ipatinga	26.362	3.336	-	-	167	29.865
Cemig PCH	87.569	2.805	-	(350)	-	90.024
Cemig Capim Branco Energia	128.426	20.993	-	-	(1)	149.418
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	1.315	-	(612)	-	29.636
UTE Barreiro	34.775	549	-	-	51	35.375
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	707	-	-	(1)	14.515
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	10.448	2.744	-	-	1	13.193
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	528	-	(780)	-	14.010
Transchile	54.825	546	(1.509)	-	(1)	53.861
Efficientia	7.253	62	-	-	-	7.315
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.941	95	-	-	1	6.037
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	763	-	-	-	18.429
Light	1.190.464	40.946	-	(8.346)	-	1.223.064
Cemig Trading	46.886	16.074	-	(14.163)	-	48.797
Axiom Soluções Tecnológicas	7.886	105	-	-	1.715	9.706
Parati	379.345	16.469	-	(6.728)	(2)	389.084
Taesa	2.249.382	46.691	-	(11.011)	1	2.285.063
Cemig Overseas	-	-	-	-	975	975
	<b>11.764.442</b>	<b>1.254.062</b>	<b>(1.184)</b>	<b>(41.990)</b>	<b>3.294</b>	<b>12.978.624</b>

Consolidado	31/12/2013	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	31/03/2014
Gasmig	577.239	11.345	-	-	-	-	588.584
Companhia Transleste de Transmissão	28.933	1.315	-	(612)	-	-	29.636
Companhia Transudeste de Transmissão	13.809	707	-	-	-	(1)	14.515
Companhia Transirapé de Transmissão	14.262	528	-	(780)	-	-	14.010
Transchile	54.825	546	(1.509)	-	-	(1)	53.861
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.666	763	-	-	-	-	18.429
Light	1.190.464	40.946	-	(8.346)	-	-	1.223.064
Emp. Paraense de Transm. de Energia (ETEP)	-	-	-	-	-	-	-
Emp. Norte de Transm. de Energia (ENTE)	-	-	-	-	-	-	-
Emp. Regional de Transm. de Energia (ERTE)	-	-	-	-	-	-	-
Emp. Amazonense de Transm. de Energia (EATE)	-	-	-	-	-	-	-
Emp. Catarinense de Transm. de Energia (ECTE)	-	-	-	-	-	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas	7.886	105	-	-	1.715	-	9.706
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	1.539	-	(3.140)	-	-	32.321
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	2.190	-	(1.107)	-	-	26.152
Madeira Energia	642.585	(9.348)	-	-	40.000	-	673.237
Lightger	40.076	1.030	-	(216)	-	-	40.890
Baguari Energia	199.411	5.969	-	-	-	94	205.474
Central Eólica Praias de Parajuru	61.201	886	-	(493)	-	-	61.594
Central Eólica Volta do Rio	77.884	932	-	-	-	1	78.817
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	(369)	-	-	-	-	60.579
Amazônia Energia	310.797	(954)	-	-	30.215	-	340.058
Ativas Data Center	4.397	(6.442)	-	-	-	6.442	4.397
Epícares Empreendimentos	103.271	698	-	-	-	-	103.969
Parati	379.345	16.469	-	(6.728)	-	(2)	389.084
Taesa	2.249.382	46.691	-	(11.011)	-	1	2.285.063
Renova	-	-	-	-	810.129	-	810.129
Clipey	-	(826)	-	-	739.943	-	739.117
Cemig Overseas	-	-	-	-	975	-	975
	<b>6.160.800</b>	<b>114.720</b>	<b>(1.509)</b>	<b>(32.433)</b>	<b>1.622.977</b>	<b>6.534</b>	<b>7.871.089</b>

## Ágio na aquisição de Participações

O ágio na aquisição das empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre basicamente da mais valia das concessões e está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	31/03/2014			31/12/2013		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	893.192	4.898.763	100,00	893.192	3.815.017
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.491.078	100,00	2.261.998	2.492.858
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.693.262	26,06	2.225.822	4.567.728
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	234.776	100,00	225.082	237.172
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	139.794	100,00	46.944	140.005
Sá Carvalho	36.833.380	100,00	36.833	128.302	100,00	36.833	121.816
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	988.054	59,57	643.780	969.009
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	78.960	100,00	64.258	76.103
Usina Térmica Ipatinga	14.174.281	100,00	14.174	29.865	100,00	14.174	26.362
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	90.024	100,00	30.952	87.569
Cemig Capim Branco Energia	87.579.000	100,00	87.579	149.418	100,00	87.579	128.426
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	118.545	25,00	49.569	115.732
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	35.375	100,00	30.902	34.775
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	60.480	24,00	30.000	57.537
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	13.193	100,00	486	10.448
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	57.183	24,50	22.340	58.812
Transchile	56.407.271	49,00	137.271	53.862	49,00	142.100	111.888
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	7.315	100,00	6.052	7.253
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	6.037	100,00	5.001	5.941
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	36.135	51,00	28.000	34.639
Cemig Trading	160.297	100,00	160	48.797	100,00	160	46.886
Axiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	17.200	19.807	49,00	13.700	16.093
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.556.336	25,00	1.432.910	1.517.376
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.269.979	43,36	3.042.034	5.187.689

## Opções de venda

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações, que é acionista da Taesa, uma opção de venda de suas ações da Companhia, exercível em outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.



Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Taesa e Light, e, atualmente, exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas demonstrações contábeis decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

### **Investimento na Madeira Energia S.A. (MESA)**

A Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade.

Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de março de 2014, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$519.417, o efeito proporcional na Companhia é de R\$51.942. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a Companhia e sua controlada Santo Antônio Energia S.A contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R\$400.000 foram aportados no primeiro trimestre de 2014 (R\$40.000 pela Companhia), bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo.

### Aumento de participação

Em 11 de março de 2014, o Fundo de Investimento em Participações Melbourne – FIP Melbourne (“Fundo”), do qual a Cemig GT é cotista, representado pelo banco Modal na condição de Comprador, celebrou, com a Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), na condição de Vendedora, Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, sujeita ao cumprimento de certas condições, de 83% do capital social total e 49% das ações com a direito a voto da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”). A SAAG, deterá, até a data de conclusão da transação (“Data de Fechamento”), 12,4% de participação na Madeira Energia S.A. (MESA). A operação foi objeto de deliberação no Conselho de Administração da Cemig GT em 06 de março de 2014.

A estrutura da operação se dará, obrigatoriamente, através de Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”) e outros veículos, na qual a Cemig GT terá participação minoritária, de modo que não deterá mais que 50% do capital votante de nenhum veículo ou mais que 50% do patrimônio de nenhum dos FIPs, preservando a natureza privada da estrutura.

O preço desta aquisição será de R\$835.385, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) verificada entre 31 de dezembro de 2013 e a Data de Fechamento, acrescidos dos aportes de capital realizados pela AGP na SAAG até a Data de Fechamento e deduzido dos eventuais dividendos declarados pela SAAG à AGP até a Data de Fechamento.

A conclusão da transação permanece sujeita a outras condições suspensivas, dentre as quais as aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

### **Investimento na Amazônia Energia S.A. (NESA)**

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão Nº 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).



A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e greves na região da construção do empreendimento ocorreram paralisações nas obras. Estão em fase de discussão, entre a NESA e os fornecedores, eventuais impactos nos custos do empreendimento.

### **Celebração de Acordo de Investimento na Renova**

A controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. celebrou em 2013 Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações da Renova, pelo valor de emissão de R\$0,016227 por ação ordinária, sendo a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT, direta ou indiretamente, no valor de R\$1.414.733, valores estes atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. (“CCVA Brasil PCH”), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação de aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova, a ser realizada direta ou indiretamente pela Cemig GT, será realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela CEMIG GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R\$810.129, complementando assim o valor previsto no Acordo de Investimentos para aumento de capital da Renova, devidamente corrigido.



Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R\$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, estariam atendidos pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014 e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley. A subscrição e integralização do aumento de capital na Renova deverá ser concluída no 3º trimestre de 2014.

### 13. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	382.377	(5.860)	376.517	382.377	(4.518)	377.859
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.466.104	(5.095.503)	2.370.601	7.466.002	(5.071.260)	2.394.742
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.287.829	(1.577.498)	710.331	2.285.119	(1.573.213)	711.906
Máquinas e Equipamentos	7.428.533	(5.382.780)	2.045.753	7.424.595	(5.345.096)	2.079.499
Veículos	29.528	(18.246)	11.282	29.528	(17.569)	11.959
Móveis e Utensílios	14.453	(12.570)	1.883	14.443	(12.503)	1.940
	<u>17.608.824</u>	<u>(12.092.457)</u>	<u>5.516.367</u>	<u>17.602.064</u>	<u>(12.024.159)</u>	<u>5.577.905</u>
<b>Em Curso</b>	249.649	-	249.649	239.550	-	239.550
<b>Imobilizado Líquido</b>	<u><b>17.858.473</b></u>	<u><b>(12.092.457)</b></u>	<u><b>5.766.016</b></u>	<u><b>17.841.614</b></u>	<u><b>(12.024.159)</b></u>	<u><b>5.817.455</b></u>

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição/Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2014
<b>Em Serviço</b>					
Terrenos	377.859	-	-	(1.342)	376.517
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.394.742	102	-	(24.243)	2.370.601
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	711.906	2.711	-	(4.286)	710.331
Máquinas e Equipamentos	2.079.499	4.092	(4)	(37.834)	2.045.753
Veículos	11.959	-	-	(677)	11.282
Móveis e Utensílios	1.940	10	-	(67)	1.883
	<u>5.577.905</u>	<u>6.915</u>	<u>(4)</u>	<u>(68.449)</u>	<u>5.516.367</u>
<b>Em Curso</b>	239.550	10.099	-	-	249.649
<b>Imobilizado Líquido</b>	<u><b>5.817.455</b></u>	<u><b>17.014</b></u>	<u><b>(4)</b></u>	<u><b>(68.449)</b></u>	<u><b>5.766.016</b></u>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis. Assim, o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

#### Custos de Empréstimos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no trimestre.

## Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	31/03/2014	31/12/2013
<b>Em serviço</b>				
Usina de Porto Estrela	33,33%	4,97	38.826	38.826
Usina Igarapava	14,50%	2,48	58.295	58.295
Usina de Funil	49,00%	3,53	183.229	183.229
Usina de Queimado	82,50%	3,98	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00%	3,74	552.204	552.204
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%	3,64	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(277.123)	(257.806)
			<b>824.202</b>	<b>843.519</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,50%		1.626	1.626
Usina de Funil	49,00%		205	205
Usina de Aimorés	49,00%		147	147
Usina Igarapava	14,50%		358	358
Usina Porto Estrela	33,33%		89	89
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%		2.244	2.244
			<b>4.669</b>	<b>4.669</b>
<b>Total de Consórcios - Controladora</b>			<b>828.871</b>	<b>848.188</b>

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	VALE S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

## Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

## 14. INTANGÍVEL

### a) Composição de saldo em 31 de março de 2014 e 31 dezembro de 2013

Controladora	Taxa Média de Amortização	31/03/2014			31/12/2013		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.788	(3.110)	678	3.705	(2.960)	745
Marcas e Patentes	10%	9	(4)	5	9	(4)	5
		<u>3.797</u>	<u>(3.114)</u>	<u>683</u>	<u>3.714</u>	<u>(2.964)</u>	<u>750</u>
<b>Em Curso</b>							
		3	-	3	3	-	3
<b>Intangível Líquido</b>		<b>3.800</b>	<b>(3.114)</b>	<b>686</b>	<b>3.717</b>	<b>(2.964)</b>	<b>753</b>



Consolidado	31/03/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>						
Com Vida Útil Definida						
Serviço	13.757	(1.478)	12.279	13.757	(1.318)	12.439
Concessão Onerosa	39.868	(13.361)	26.507	39.868	(12.440)	27.428
Ativos de Concessão	6.774.302	(5.989.311)	784.991	6.748.458	(5.882.416)	866.042
Outros	73.193	(45.323)	27.870	67.838	(44.102)	23.736
	<u>6.901.120</u>	<u>(6.049.473)</u>	<u>851.647</u>	<u>6.869.921</u>	<u>(5.940.276)</u>	<u>929.645</u>
<b>Em Curso</b>	1.008.028	-	1.008.028	1.074.345	-	1.074.345
<b>Intangível Líquido</b>	<u><b>7.909.148</b></u>	<u><b>(6.049.473)</b></u>	<u><b>1.859.675</b></u>	<u><b>7.944.266</b></u>	<u><b>(5.940.276)</b></u>	<u><b>2.003.990</b></u>

## b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/03/2014
<b>Em Serviço</b>						
Com Vida Útil Definida						
Serviço	12.439	-	-	(160)	-	12.279
Concessão Onerosa	27.428	-	-	(921)	-	26.507
Ativos de Concessão	866.042	(60.798)	(28)	(107.201)	86.976	784.991
Outros	23.736	-	-	(1.129)	5.263	27.870
	<u>929.645</u>	<u>(60.798)</u>	<u>(28)</u>	<u>(109.411)</u>	<u>92.239</u>	<u>851.647</u>
<b>Em Curso</b>	1.074.345	198.452	-	-	(264.769)	1.008.028
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<u><b>2.003.990</b></u>	<u><b>137.654</b></u>	<u><b>(28)</b></u>	<u><b>(109.411)</b></u>	<u><b>(172.530)</b></u>	<u><b>1.859.675</b></u>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

## Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

## Custos de Empréstimos

A Companhia transferiu para o ativo Intangível encargos com empréstimos e financiamentos vinculados à obra no montante de R\$18.698, no consolidado, em 31 de março de 2014 (R\$8.451 em 31 de março de 2013).

	31/03/2014	31/03/2013
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	189.435	184.716
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(18.698)	(8.451)
Efeito Líquido no Resultado	<u><b>170.737</b></u>	<u><b>176.265</b></u>

## 15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Energia de curto prazo - CCEE	790.781	77.382
Encargos de uso da rede elétrica	65.931	63.653
Energia elétrica comprada para revenda	533.007	465.693
Itaipu binacional	134.336	179.924
Materiais e serviços	192.483	279.706
	<b>1.716.538</b>	<b>1.066.358</b>

## 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se à diferença temporária e ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>				
ICMS	325.593	323.234	18.091	18.091
COFINS	77.994	103.423	-	37.118
PASEP	17.054	22.611	-	8.059
INSS	17.215	22.835	1.684	2.120
Outros	18.295	26.450	1.063	1.491
	456.151	498.553	20.838	66.879
<b>Não Circulante</b>				
COFINS	564.819	579.494	-	-
PASEP	122.624	125.811	-	-
Outros	179	192	-	-
	687.622	705.497	-	-
	<b>1.143.773</b>	<b>1.204.050</b>	<b>20.838</b>	<b>66.879</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	104.870	25.711
Contribuição Social	41.907	9.188
	<b>146.777</b>	<b>34.899</b>

## 17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2014			31/12/2013
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	4.577	27.867	32.444	32.345
KFW	2016	4,50	EURO	2.126	4.112	6.238	6.384
TOSHIBA	2014	LIBOR + 5,36	US\$	-	-	-	7.420
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>6.703</b>	<b>31.979</b>	<b>38.682</b>	<b>46.149</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	15.919	198.369	214.288	208.611
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	18.419	442.348	460.767	449.124
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R\$	562.851	480.000	1.042.851	1.017.436
Banco do Brasil S.A.	2014	98,50% do CDI	R\$	393.684	-	393.684	384.045
Banco do Brasil S.A.	2015	99,50% do CDI	R\$	218.113	-	218.113	212.469
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	-	650.298	650.298	634.428
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.890	86.482	94.372	96.303
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	500
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	81.965	231.649	313.614	334.090
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	4.396	2.449	6.845	6.707
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 8	R\$	4.024	8.211	12.235	13.271
Consórcio Pipoca	2014	IPCA	R\$	185	-	185	185
BNDES – CEMIG TELECOM (2)	2018	Diversas	R\$	7.948	22.242	30.190	32.166
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>1.315.394</b>	<b>2.122.048</b>	<b>3.437.442</b>	<b>3.389.335</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamento</b>				<b>1.322.097</b>	<b>2.154.027</b>	<b>3.476.124</b>	<b>3.435.484</b>
Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R\$	445.359	-	445.359	424.172
Debêntures	2017	IPCA + 7,96	R\$	12.516	573.765	586.281	560.983
Debêntures	2017	CDI + 0,90	R\$	5.784	479.908	485.692	518.319
Debêntures	2015	IPCA + 7,68	R\$	504.082	-	504.082	1.024.686
Debêntures	2022	IPCA + 6,20	R\$	5.072	761.121	766.193	782.247
Debêntures	2019	IPCA + 6,00	R\$	1.462	227.214	228.676	233.127
Debêntures	2021	IPCA + 4,70	R\$	5.933	1.171.045	1.176.978	1.188.288
Debêntures	2025	IPCA + 5,10	R\$	3.905	698.631	702.536	711.380
Debêntures	2018	CDI + 0,69	R\$	4.918	410.327	415.245	442.272
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,80	R\$	62	72.000	72.062	77.054
Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais (4)	2031	IGP-M	R\$	-	61.126	61.126	59.352
Debêntures	2016	CDI + 0,85	R\$	14.295	500.000	514.295	-
<b>Total de Debêntures</b>				<b>1.003.388</b>	<b>4.955.137</b>	<b>5.958.525</b>	<b>6.021.880</b>
<b>Total Geral Consolidado</b>				<b>2.325.485</b>	<b>7.109.164</b>	<b>9.434.649</b>	<b>9.457.364</b>

- (1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;  
(2) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;  
(3) Debêntures emitidas pela Capim Branco;  
(4) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC 12.

### Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2014, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	7.012.147
Recebíveis	1.264.166
Sem Garantia	1.158.336
<b>TOTAL</b>	<b>9.434.649</b>



A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	4.578	-	-	-	-	-	-	27.866	32.444
Euro	2.126	2.056	2.056	-	-	-	-	-	6.238
<b>Total por Moedas</b>	<b>6.704</b>	<b>2.056</b>	<b>2.056</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.866</b>	<b>38.682</b>
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	36.320	687.756	190.812	190.812	113.192	500.198	637.811	1.608.029	3.964.930
UFIR/RGR (2)	61.493	67.411	49.802	40.392	35.172	23.562	20.465	15.316	313.613
CDI (3)	1.034.413	533.016	1.723.437	765.633	410.796	-	-	-	4.467.295
URT/TJLP (4)	15.108	18.124	17.828	17.828	10.043	7.631	7.631	42.604	136.797
IGP-M (5)	445.359	-	-	-	-	-	-	61.126	506.485
IGP-DI (6)	2.316	579	701	701	476	-	-	-	4.773
TR (7)	1.594	-	-	384	96	-	-	-	2.074
<b>Total por Indexadores</b>	<b>1.596.603</b>	<b>1.306.886</b>	<b>1.982.580</b>	<b>1.015.750</b>	<b>569.775</b>	<b>531.391</b>	<b>665.907</b>	<b>1.727.075</b>	<b>9.395.967</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.603.307</b>	<b>1.308.942</b>	<b>1.984.636</b>	<b>1.015.750</b>	<b>569.775</b>	<b>531.391</b>	<b>665.907</b>	<b>1.754.941</b>	<b>9.434.649</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);  
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);  
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);  
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);  
 (5) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);  
 (6) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna. INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IGP-DI);  
 (7) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda - variação %	31/03/2014	31/03/2013	Indexador - variação %	31/03/2014	31/03/2013
Dólar Norte-Americano	(3,40)	14,64	IPCA	2,18	5,91
Euro	(3,38)	19,70	FINEL	0,51	1,08
			CDI	2,40	8,05
			IGP-M	2,55	5,51

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>9.457.364</b>
Empréstimos e Financiamentos obtidos	505.368
Variação monetária e cambial	115.020
Encargos financeiros provisionados	187.321
Encargos financeiros pagos	(314.778)
Amortização de financiamentos	(515.646)
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>9.434.649</b>

As captações de recursos durante o primeiro trimestre de 2014 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Valor Captado
<b>Moeda Nacional</b>			
Debêntures - 4ª emissão (Cemig GT)	2016	CDI + 0,85	505.368
<b>Total de Captações</b>			<b>505.368</b>



Em janeiro de 2014, a Cemig GT concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, qual seja, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Emissora, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos a contar da data de emissão, em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples com esforços restritos de colocação da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

## Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Covenants Financeiros	Vencimento	31/03/2014	31/12/2013
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IGP-M	Não há	2014	61.126	59.352
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,68	Não há	2015	504.082	1.024.686
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 0,90	Não há	2017	485.692	518.319
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,20	Não há	2019	766.193	782.247
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IPCA + 6,00	Não há	2022	228.676	233.127
CEMIG GT (1)	Simples não Conversíveis	Quirografária	CDI + 0,85	Não há	2016	514.295	-
CEMIG D (1) - 1ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	2018	415.245	442.272
CEMIG D (1) - 2ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,70	Não há	2021	1.176.978	1.188.288
CEMIG D (1) - 3ª Série (1) (2)	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,10	Não há	2025	702.536	711.380
CAPIM BRANCO	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,80	Não há	2018	72.062	77.054
CEMIG D (1) (2)	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	2017	586.281	560.983
CEMIG D (1) (2)	Simples não Conversíveis	Quirografária	IGP-M + 10,50	Não há	2014	445.359	424.172
<b>TOTAL</b>						<b>5.958.525</b>	<b>6.021.880</b>

(1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria;

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (*cross-default*);

## Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A controlada Cemig GT possui contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no qual a Cemig é garantidora, com cláusula restritiva (“*covenant*”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora	Maior ou igual a 30,00%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

## 18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Reserva Global de Reversão - RGR	33.324	57.574
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	20.572	12.139
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.209	3.163
Eficiência Energética	127.249	123.419
Pesquisa e Desenvolvimento	102.161	103.070
Pesquisa Expansão Sistema Energético	4.891	3.305
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	9.513	6.457
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	5.048	5.110
Encargo de Capacidade Emergencial	31.018	31.018
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09 (1)	(41)	-
	<b>338.151</b>	<b>346.462</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>176.137</b>	<b>153.437</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>162.014</b>	<b>193.025</b>

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL em função de recolhimento excedente.

## 19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013</b>	39.741	48.535	1.402	35.639	125.317
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	1.446	1.593	47	1.127	4.213
Contribuições Pagas	(1.285)	(1.101)	(30)	(175)	(2.591)
<b>Passivo Líquido em 31 de março de 2014</b>	<b>39.902</b>	<b>49.027</b>	<b>1.419</b>	<b>36.591</b>	<b>126.939</b>
<b>Passivo Circulante em 31 de março de 2014</b>					<b>8.014</b>
<b>Passivo Não Circulante em 31 de março de 2014</b>					<b>118.925</b>

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>807.739</b>	<b>1.011.719</b>	<b>28.677</b>	<b>600.593</b>	<b>2.448.728</b>
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	29.384	32.875	934	19.171	82.363
Contribuições Pagas	(26.165)	(16.873)	(521)	(3.178)	(46.737)
<b>Passivo Líquido em 31 de março de 2014</b>	<b>810.958</b>	<b>1.027.721</b>	<b>29.090</b>	<b>616.586</b>	<b>2.484.354</b>
<b>Passivo Circulante em 31 de março de 2014</b>					<b>142.184</b>
<b>Passivo Não Circulante em 31 de março de 2014</b>					<b>2.342.170</b>

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.



Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

## 20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2014
Trabalhistas	146.229	5.910	(14.926)	(5.890)	131.323
Cíveis					
Relações de Consumo	29.102	1.686	(2.549)	(1.685)	26.554
Outras ações cíveis	23.097	4.540	-	(2.484)	25.153
	52.199	6.226	(2.549)	(4.169)	51.707
Tributárias	26.027	7.526	(6)	(958)	32.589
Ambientais	1.179	14	(833)	(1)	359
Regulatórias	50.228	153	(24.276)	(27)	26.078
Outras	30.523	1.811	(1.575)	(604)	30.155
<b>Total</b>	<b>306.385</b>	<b>21.640</b>	<b>(44.165)</b>	<b>(11.649)</b>	<b>272.211</b>

	Controladora				
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2014
Trabalhistas	25.973	3.061	(9.279)	(3.060)	16.695
Cíveis					
Relações de Consumo	6.679	237	(1.780)	(237)	4.899
Outras ações cíveis	6.266	857	-	(562)	6.561
	12.945	1.094	(1.780)	(799)	11.460
Tributárias	7.356	590	(6)	(503)	7.437
Ambientais	276	10	-	-	286
Regulatórias	20.394	5	(4.709)	(6)	15.684
Outras	770	29	-	-	799
<b>Total</b>	<b>67.714</b>	<b>4.789</b>	<b>(15.774)</b>	<b>(4.368)</b>	<b>52.361</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.



Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

### **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

#### Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$528.671 (R\$476.679 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$131.323 foram provisionados (R\$146.229 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

#### Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$59.379 (R\$61.458 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$26.554 (R\$29.102 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

#### Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$140.031 (R\$131.719 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$25.153 (R\$23.097 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

#### Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$123.295 (R\$98.691 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$32.589 foram provisionados (R\$26.027 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$13.238 (R\$5.263 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$359 foram provisionados (R\$1.179 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$156.950 (R\$180.293 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$26.078 (R\$50.228 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

#### *Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$21.010 (R\$20.020 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

#### *Outras Ações*

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$66.597 (R\$91.356 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$9.145 foram provisionados (R\$10.503 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

## **Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial**

### Trabalhistas – mão de obra terceirizada

A Companhia é parte em uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho onde se discute a terceirização da mão de obra em suas atividades-fim. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$60.117 (R\$59.004 em 31 de dezembro de 2013), e representaria uma possível penalidade caso a Companhia descumprisse a obrigação de fazer no prazo determinado judicialmente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia avaliou a probabilidade de perda como possível, uma vez que envolve interpretação sobre a constitucionalidade de artigo da lei de concessões (Lei nº 8.987/95) e há a possibilidade de reversão da decisão no Supremo Tribunal Federal (STF).

### Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

#### *Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$223.679 (R\$218.832 em 31 de dezembro de 2013).

#### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$883.919 (R\$824.286 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$279.133 (R\$302.230 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada, inicialmente, como possível pela Companhia por acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

### *Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação*

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado, de R\$371.315 (R\$363.124 em 31 de dezembro de 2013), classificada como probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

### *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)*

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$15.357 (R\$16.732 em 31 de dezembro de 2013). Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter adicionado ou ter deduzido, indevidamente, da base de cálculo da CSLL os valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$82.812. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter argumento de mérito na defesa do referido auto.

### Questões Regulatórias

#### *Contribuição para Iluminação Pública (CIP)*

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada, em R\$1.337.119 (R\$1.290.887 em 31 de dezembro de 2013), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$151.921 (R\$146.057 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.



A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

#### *Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética*

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$114.332 (R\$108.893 em 31 de dezembro de 2013). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

#### Majoração tarifária

##### *Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$148.006 (R\$142.496 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

### *Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A*

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$189.434 (R\$182.451 em 31 de dezembro de 2013).

### Ambientais

#### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.867.837 (R\$1.800.804 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, das respectivas usinas, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$112.407 (R\$107.697 em 31 de dezembro de 2013).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão “possível”. O valor da contingência é de R\$44.310, em 31 de março de 2014.

## Outros Passivos Contingentes

### *Quebra de Contrato – Programa Luz Para Todos*

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$162.642 (R\$155.150 em 31 de dezembro de 2013) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

## **21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

Em 31 de março de 2014, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

### Lucro por ação

Em decorrência do aumento de capital, em 2013, com a emissão de 296.169.269 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro por ação está apresentado, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações do capital da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações é como segue:

Quantidade de ações	31/03/2014	31/12/2013
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
	<b>1.258.841.654</b>	<b>1.258.841.654</b>
Ações em Tesouraria	(560.718)	(536.655)
<b>Total</b>	<b>1.258.280.936</b>	<b>1.258.304.999</b>

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação em 31 de março de 2014 e 2013 foram de R\$0,99 e R\$0,69 respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em cada um dos períodos mencionados.

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

## 22. RECEITA

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	3.917.747	3.467.398
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	195.928	339.119
Receita de Concessão de Transmissão (c)	154.084	102.140
Receita de Construção de Transmissão (d)	13.549	17.639
Receita de Construção de Distribuição (d)	135.521	186.708
Transações com energia na CCEE (e)	1.326.907	578.747
Outras Receitas Operacionais (f)	299.284	199.426
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (g)	(1.282.248)	(1.213.583)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.760.772</b>	<b>3.677.594</b>

### a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Residencial	2.567.781	2.312.569	1.217.140	1.148.808
Industrial	6.110.066	5.499.782	1.073.906	934.178
Comércio, Serviços e Outros	1.662.481	1.528.696	654.088	596.185
Rural	743.703	632.817	185.818	173.715
Poder Público	220.672	208.265	84.299	80.959
Iluminação Pública	329.739	309.813	80.652	77.553
Serviço Público	319.227	304.326	84.174	79.704
Subtotal	<b>11.953.669</b>	<b>10.796.268</b>	<b>3.380.077</b>	<b>3.091.102</b>
Consumo Próprio	9.769	8.636	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	59.146	(91.425)
	<b>11.963.438</b>	<b>10.804.904</b>	<b>3.439.223</b>	<b>2.999.677</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	3.863.170	3.883.530	478.524	467.721
<b>Total</b>	<b>15.826.608</b>	<b>14.688.434</b>	<b>3.917.747</b>	<b>3.467.398</b>

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

### b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres são cobrados separadamente com o registro nesta rubrica.

Em decorrência da 3ª Revisão Tarifária da Controlada Cemig Distribuição, houve uma redução média na tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) de 33,22%.

### c) Receita de Concessão de Transmissão

Para as concessões de transmissão, a receita inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão.

#### d) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

#### e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE, em atendimento aos arts. 9 e 10 da Resolução ANEEL 552/2002.

#### f) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Serviço Taxado	1.770	3.714
Serviço de Telecomunicações	32.288	35.368
Prestações de Serviços	27.960	26.584
Aluguel e Arrendamento	19.517	6.712
Subvenções (*)	184.541	126.562
Outras	33.208	486
	<b>299.284</b>	<b>199.426</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

#### g) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS	730.636	704.558
COFINS	372.002	327.671
PIS-PASEP	80.745	71.132
Outros	1.308	1.044
	<b>1.184.691</b>	<b>1.104.405</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	11.099	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	8.958	11.832
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	42.132	33.436
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	25.487
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	13.513	13.524
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	13.379	5.870
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	6.744	4.731
Encargos do Consumidor - PROINFA	7.387	6.068
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09) (1)	(5.655)	8.230
	<b>97.557</b>	<b>109.178</b>
	<b>1.282.248</b>	<b>1.213.583</b>

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

## 23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal (a)	294.781	442.930	12.418	17.633
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	57.807	56.001	4.849	4.572
Obrigações Pós-Emprego	52.979	41.957	2.767	2.762
Materiais	52.563	55.942	27	30
Serviços de Terceiros (b)	205.408	189.701	2.240	1.184
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.628.716	972.787	-	-
Depreciação e Amortização	182.033	202.985	123	94
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	41.135	34.041	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	4.783	42.238	(10.985)	15.128
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	169.542	126.225	-	-
Custos de Construção (e)	149.070	204.348	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	110.179	86.853	7.752	8.375
	<b>2.948.996</b>	<b>2.456.008</b>	<b>19.191</b>	<b>49.778</b>

### a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Remunerações e Encargos	260.790	252.397	16.255	11.367
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	17.546	16.952	1.192	1.094
Benefícios Assistenciais	33.638	33.854	890	1.336
	311.974	303.203	18.337	13.797
Programa de Desligamento Voluntário (PDV)	68	154.127	-	6.107
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(17.261)	(14.400)	(5.919)	(2.271)
	<b>(17.193)</b>	<b>139.727</b>	<b>(5.919)</b>	<b>3.836</b>
	<b>294.781</b>	<b>442.930</b>	<b>12.418</b>	<b>17.633</b>

### b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	44.912	42.707	-	-
Comunicação	14.378	17.150	176	118
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	55.608	50.851	20	78
Conservação e Limpeza de Prédios	20.793	19.379	33	19
Mão de Obra Contratada	2.500	4.341	-	-
Fretes e Passagens	1.982	772	500	176
Hospedagem e Alimentação	3.664	1.477	68	47
Vigilância	4.994	3.647	-	-
Consultoria	6.913	1.573	431	277
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	3.076	3.362	1	6
Manutenção e Conservação de Veículos	2.753	2.237	20	9
Corte e Religação	2.609	7.038	-	-
Meio Ambiente	5.892	5.146	-	-
Serviços Advocatícios	6.799	4.619	564	235
Custas Processuais	539	791	10	35
Poda de Árvores	3.933	4.345	-	-
Limpeza de Faixa	6.461	6.614	-	-
Reprografia e Publicações Legais	1.057	2	18	83
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.046	-	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	1.361	-	-	-
Manutenção de Aeronaves	152	-	-	-
Outros	13.986	13.650	399	101
	<b>205.408</b>	<b>189.701</b>	<b>2.240</b>	<b>1.184</b>

## c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	578.921	335.758
Energia adquirida no Ambiente Livre	374.871	238.023
Energia de Itaipu Binacional	204.640	230.994
Contratos por Cotas de Garantia Física	54.224	52.438
Cotas das Usinas de Angra I e II	44.407	37.519
Energia de curto prazo	375.012	17.975
PROINFA	65.804	63.709
Contratos Bilaterais	80.069	66.120
Créditos de PASEP-COFINS	(149.232)	(69.749)
	<b>1.628.716</b>	<b>972.787</b>

## d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	27.308	20.622	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	(9.016)	39.972	(6.218)	18.261
Cíveis	3.677	(5.256)	(686)	426
Tributárias	7.520	(589)	584	(804)
Ambientais	(819)	(382)	10	(730)
Regulatórias	(24.123)	(2.915)	(4.704)	(1.639)
Outras	236	(9.214)	29	(386)
	<b>4.783</b>	<b>42.238</b>	<b>(10.985)</b>	<b>15.128</b>

## e) Custo de Construção

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal e Administradores	10.560	13.405
Materiais	50.173	89.650
Serviços de Terceiros	72.015	92.492
Outras	16.322	8.801
	<b>149.070</b>	<b>204.348</b>

## f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Arrendamentos e Aluguéis	27.372	24.674	184	167
Propaganda e Publicidade	1.570	450	852	15
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.923	3.899	-	-
Subvenções e Doações	2.983	2.044	-	8
Taxa de Fiscalização da ANEEL	9.628	10.484	-	-
Concessão Onerosa	5.257	4.898	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	26.928	16.702	88	76
Seguros	2.434	1.865	709	664
Anuidade CCEE	1.744	2.046	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	27.406	1.356	32	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.570	5.596	274	275
Apoio e Patrocínios	1.262	172	20	65
Direito de Propriedade ou de Uso	1.223	-	-	-
Indenizações Processuais	1.185	1.198	-	-
Outras Despesas (Recuperação de Despesas)	(8.306)	11.469	5.592	7.104
	<b>110.179</b>	<b>86.853</b>	<b>7.752</b>	<b>8.375</b>

## Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

## 24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicação Financeira	72.060	34.587	11.149	7.455
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	44.179	38.097	-	-
Variações Cambiais	4.700	10.012	-	-
Variação Monetária	-	-	387	113
Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 9)	8.055	2.839	-	282
Atualização Monetária da CRC	-	43.547	-	43.547
Atualização Líquida do Ativo Financeiro da Concessão	112.593	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	4.977	-	-	-
Outras	6.359	10.847	1.634	1.741
	<b>252.923</b>	<b>139.929</b>	<b>13.170</b>	<b>53.138</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(170.737)	(176.265)	-	(21.351)
Variações Cambiais	(3.534)	(1.096)	(8)	(4)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(116.221)	(65.314)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(11.797)	(3.774)	-	-
Variação Monetária – Outras	-	-	(7)	(3)
Perdas Com Instrumentos Financeiros	-	(110)	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	(1.430)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(29.384)	(30.408)	(1.446)	(1.496)
Outras	(18.789)	(25.068)	(354)	(288)
	<b>(350.462)</b>	<b>(303.465)</b>	<b>(1.815)</b>	<b>(23.142)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(97.539)</b>	<b>(163.536)</b>	<b>11.355</b>	<b>29.996</b>

Todas as variações expressivas nas contas de resultado são explicadas no comentário de desempenho, neste relatório.



## 25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
<b>Light</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (1)	207	530	2.015	1.139	3.134	1.788	(1.853)	(895)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	8.345	-	-	-	-	-	-	-
<b>Cia Centroeste de Minas</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	930	930	-	-	-	-	-	-
<b>Empresa Regional de Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.946	5.946	-	-	-	-	-	-
<b>Empresa Amazonense de Transmissão de Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	630	634	-	-	(1.339)	(3.236)
<b>Transmissora Aliança de Energia Elétrica</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	3.239	3.253	-	-	(7.221)	(16.190)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	11.011	-	-	-	-	-	-	-
<b>Baguari Energia S.A</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	464	331	-	-	(1.528)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.876	5.968	-	-	-	-	-	-
<b>Light Ger</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	-	-	-	-	(2.827)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	219	-	-	-	-	-	-	-
<b>Hidroelétrica Pipoca S.A.</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.107	1.999	-	-	-	-	-	-
<b>Axxiom Soluções Tecnológicas</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	225	225	-	-	-	-	-	-
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Financiamentos – BDMG	-	-	1.198	1.016	-	-	(159)	-
<b>Não Circulante</b>								
Financiamentos – BDMG	-	-	9.460	7.365	-	-	-	-
Debêntures (7)	-	-	-	59.352	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (2)	-	-	59.547	57.437	-	-	(29.385)	(30.408)
Despesa com pessoal (3)	-	-	-	-	-	-	(17.546)	(16.952)
Custeio Administrativo (4)	-	-	-	-	-	-	(5.569)	(5.595)
Arrendamento Operacional (6)	-	-	1.404	1.404	-	-	(4.212)	-
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (2)	-	-	751.409	750.302	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (5)	-	-	70.032	67.775	-	-	(33.808)	(22.867)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (5)	-	-	986.777	972.622	-	-	-	-



As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (2) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 19) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (3) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (4) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (5) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados;
- (6) Aluguel do edifício sede;
- (7) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Os contratos foram ajustados a valor presente, conforme CPC 12.

### Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/03/2014	Vencimento
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	851.333	2042
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	974.861	2034
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	226.196	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	11.193	2023
				<b>2.747.198</b>	

Em 31 de março de 2014, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 31 de março de 2014 e 2013 é conforme segue:

	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	2.219	2.064
Participação nos Resultados	643	595
Benefícios Pós Emprego	181	159
Benefícios Assistenciais	33	28
<b>Total</b>	<b>3.076</b>	<b>2.846</b>

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15, 17, 19, 22 e 23.

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo :

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 (Medida Provisória 579) e os Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;



- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 7,96%, CDI + 0,69% a 0,90%, IGPM a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis;

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	1.075.813	1.075.813	2.127.114	2.127.114
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.948.510	2.948.510	2.092.038	2.092.038
Concessionários – Transporte de Energia	242.116	242.116	248.808	248.808
Ativos Financeiros da Concessão	258.138	258.138	245.547	245.547
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	934.480	934.480	174.613	174.613
Depósitos Vinculados a Litígios	1.211.207	1.211.207	1.180.274	1.180.274
Fundos Vinculados	850	850	1.877	1.877
	<b>6.671.114</b>	<b>6.671.114</b>	<b>6.070.271</b>	<b>6.070.271</b>
<b>Disponíveis para venda</b>				
Ativos Financeiros da Concessão	5.885.352	5.885.352	5.597.390	5.597.390
<b>Mantidos até o Vencimento</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	325.404	324.566	385.582	384.755
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	607.035	607.035	637.712	637.712
<b>Passivos financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	1.716.538	1.716.538	1.066.358	1.066.358
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	810.957	810.957	807.739	807.739
Concessões a Pagar	176.232	264.389	172.395	267.000
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.434.649	9.517.411	9.457.364	9.620.195
	<b>12.138.376</b>	<b>12.309.295</b>	<b>11.503.856</b>	<b>11.761.292</b>

### a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.



A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de março de 2013, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2014		31/12/2013	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	14.337	32.444	16.975	39.765
Fornecedores (Itaipu Binacional)	59.362	134.336	76.982	179.924
	73.699	166.780	93.957	219.689
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (Nota 17)	2.001	6.238	1.974	6.384
Passivo Líquido Exposto		<b>173.018</b>		<b>226.073</b>

### Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2015 será uma valorização de 3,18% para o dólar (R\$2,400) e uma desvalorização de 5,34% para o Euro (R\$3,012). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2014	Cenário Provável	Cenário I Depreciação Cambial 25,00%	Cenário II Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	32.444	33.476	41.845	50.214
Fornecedores (Itaipu Binacional)	134.336	138.610	173.263	207.915
	166.780	172.086	215.108	258.129
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 17)	6.238	5.905	7.381	8.857
Passivo Líquido Exposto	<b>173.018</b>	<b>177.991</b>	<b>222.489</b>	<b>266.986</b>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<b>4.973</b>	<b>49.471</b>	<b>93.968</b>

## Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$41.770 (R\$50.511, em 31 de dezembro de 2013).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	1.075.813	2.127.114
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	932.439	1.023.294
Fundos Vinculados	850	1.877
	2.009.102	3.152.285
<b>Passivos</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 17)	(4.467.295)	(3.944.258)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 17)	(136.797)	(141.741)
	(4.604.092)	(4.085.999)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	<b>(2.594.990)</b>	<b>(933.714)</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao efeito de taxas de juros em 2014, onde a Companhia tem ativos líquidos, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2015, as taxas SELIC e TJLP serão de 11,25% e 5,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2014	31 de março de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 11,25% TJLP 5,00%	Cenário I SELIC 14,06% TJLP 6,25%	Cenário II SELIC 16,88% TJLP 7,50%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa (Nota 4)	1.075.813	1.196.842	1.227.072	1.257.410
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	932.439	1.037.338	1.063.540	1.089.835
Fundos Vinculados	850	946	970	993
	2.009.102	2.235.126	2.291.582	2.348.238
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(4.467.295)	(4.969.866)	(5.095.397)	(5.221.374)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 17)	(136.797)	(143.637)	(145.347)	(147.057)
	(4.604.092)	<b>(5.113.503)</b>	<b>(5.240.744)</b>	<b>(5.368.431)</b>
<b>Ativo Líquido</b>	<b>(2.594.990)</b>	<b>(2.878.377)</b>	<b>(2.949.162)</b>	<b>(3.020.193)</b>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<b>(283.387)</b>	<b>(354.172)</b>	<b>(425.203)</b>



## Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (Nota 11)	5.061.576	5.597.390
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (Nota 17)	(3.964.930)	(4.500.896)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (Nota 17)	(506.485)	(483.524)
	(4.471.415)	(4.984.420)
<b>Ativo (Passivo) Líquido Exposto</b>	<b>590.161</b>	<b>612.970</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2015, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,77% e 6,32%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2014	31 de março de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,77% IGP-M 6,32%	Cenário I IPCA 7,21% IGP-M 7,90%	Cenário II IPCA 8,66% IGP-M 9,48%
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (Nota 11)	5.061.576	5.381.468	5.461.441	5.541.413
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (Nota 17)	(3.964.930)	(4.193.706)	(4.250.801)	(4.308.293)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (Nota 17)	(506.485)	(538.495)	(546.497)	(554.500)
	(4.471.415)	(4.732.201)	(4.797.298)	(4.862.793)
<b>Ativo Líquido Exposto</b>	<b>590.161</b>	<b>649.267</b>	<b>664.143</b>	<b>678.620</b>
<b>Efeito Líquido da Variação do IPCA/IGP-M</b>		<b>59.106</b>	<b>73.982</b>	<b>88.459</b>

## Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.



As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até as datas dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	287.422	505.481	1.870.246	6.829.661	4.660.636	14.153.446
Concessões a pagar	1.778	5.243	14.142	64.828	159.990	245.981
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	17.588	26.742	72.951	497.341	823.774	1.438.396
	<b>306.788</b>	<b>537.466</b>	<b>1.957.339</b>	<b>7.391.830</b>	<b>5.644.400</b>	<b>15.837.823</b>
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.716.538	-	-	-	-	1.716.538
	<b>2.023.326</b>	<b>537.466</b>	<b>1.957.339</b>	<b>7.391.830</b>	<b>5.644.400</b>	<b>17.554.361</b>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
<b>- Pós-fixadas</b>						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	865	1.316	3.589	24.469	40.530	70.769
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	8.104	-	-	-	-	8.104
	<b>8.969</b>	<b>1.316</b>	<b>3.589</b>	<b>24.469</b>	<b>40.530</b>	<b>78.873</b>

## Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Devedores Duvidosos constituída em 31 de março de 2014, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$598.264.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco % do PL (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

### Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A controlada Cemig GT possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devido a cláusulas de *cross-default*. O não atendimento destas cláusulas, verificado anualmente no final do exercício, poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

### b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

A Companhia possuía, em 31 de março de 2013, instrumentos derivativos contratados com o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não eram utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 31 de março de 2013 no montante de R\$110, registrado no resultado financeiro. As operações com derivativos foram liquidadas no decurso de 2013, portanto a Companhia não possui, em 31 de março de 2014 nenhuma operação desta natureza em aberto.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.



## Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de março de 2014 é apresentada a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
Total do Passivo	17.840.555	17.175.785
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.110.535)	(2.201.827)
(-) Fundos Vinculados	(850)	(1.877)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>16.729.170</b>	<b>14.972.081</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>13.887.032</b>	<b>12.638.357</b>
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,20	1,18

## 27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de março de 2014	Valor justo em 31 de março de 2014		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	158.941	-	158.941	-
Letras Financeiras - Bancos	161.289	-	161.289	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-
Outros	5.174	-	5.174	-
	325.404	-	325.404	-
Fundos Vinculados	850	-	850	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.885.352	-	-	5.885.352
	6.211.606	-	326.254	5.885.352

### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo a partir de 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética S.A. (RBE)

Em 30 de abril de 2014, foi celebrado pela controlada Cemig GT, na condição de Compradora e, Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. e Arcadis Logos Energia S.A. na condição de Vendedoras, Contrato de Compra e Venda de Ações (“CCVA”) referente à aquisição de 49,9% do capital total da Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”).

A RBE é sociedade anônima de capital fechado, titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba, no Estado de Minas Gerais, que possui potência instalada de 83,7MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.



O preço de aquisição, referente a 49,9% do capital total da RBE, é de R\$145.897 e será ajustado na forma do CCVA.

A conclusão da operação permanece sujeita a condições suspensivas, dentre as quais a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a anuência pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pelos financiadores e pelo sócio remanescente.

### **Renovação de operações de crédito**

Em 04 de abril de 2014, a Cemig D prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$200 milhões, contratadas com o Banco do Brasil. A data de vencimento era 04 de abril de 2014, a qual foi prorrogada para 04 de abril de 2015. O empréstimo auferiu juros de 108,5% do CDI ao ano.

### **Emissão de Notas Promissórias**

Em 8 de abril de 2014, a Cemig D fez sua sétima emissão de notas promissórias comerciais no mercado de capitais nacional, no valor total de R\$1.210 milhões, com remuneração de 105% do CDI ao ano e vencimento em 03 de abril de 2015. Os recursos foram utilizados para o pagamento de dívidas e a realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia. As notas promissórias foram garantidas pela CEMIG.

### **Recebimento de recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)**

Em 28 de abril de 2014 e em 12 de maio de 2014, foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE à Cemig D os montantes de R\$446.863 e R\$410.363, respectivamente, referentes aos recursos da CDE dos meses de fevereiro e março de 2014. Os recursos foram utilizados para a liquidação dos compromissos de compra de energia junto à CCEE.

### **Julgamento do Mandado de Segurança da Usina Jaguará**

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (“MME”) que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Jaguará”), nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

O julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista por um dos ministros, terminando a sessão com empate, dois votos favoráveis e dois contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT. Ainda não foi marcada a retomada do julgamento.

A liminar concedida para que a Cemig permanecesse no controle de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo, continua vigente.



### **Conversão em Lei 12.973/2014 da Medida Provisória nº 627/13**

Em 14 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627/13 que tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015 foi convertida na Lei 12.973/2014.

## **29. SEGMENTOS OPERACIONAIS**

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de janeiro a março de 2014 e 2013 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2014										TOTAL		
	ENERGIA ELÉTRICA		GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TELECOMUNICAÇÕES	ENERGIA ELÉTRICA		GÁS	OUTRAS		ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO					DISTRIBUIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO					
<b>ATIVOS DO SEGMENTO</b>	11.488.749	3.405.570	14.333.721	327.060	588.584	2.808.190	2.808.190	588.584	2.808.190	(1.224.287)	31.727.587		
<b>ADIÇÕES AO SEGMENTO</b>	898.299	13.549	135.521	1.192	-	742.633	742.633	-	742.633	-	1.791.194		
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	2.487.065	61.852	2.242.940	28.465	-	21.915	21.915	-	21.915	(81.465)	4.760.772		
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>													
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(368.943)	-	(1.299.780)	-	-	-	-	-	-	40.007	(1.628.716)		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(56.921)	(82)	(133.886)	-	-	-	-	-	-	31.347	(169.542)		
<b>Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica</b>	<b>(435.864)</b>	<b>(82)</b>	<b>(1.433.666)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.354</b>	<b>(1.798.258)</b>		
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>													
Pessoal	(49.148)	(24.655)	(204.151)	(3.303)	-	(13.524)	(13.524)	-	(13.524)	-	(294.781)		
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(9.391)	(4.103)	(39.111)	(353)	-	(4.849)	(4.849)	-	(4.849)	-	(57.807)		
Obrigações Pós-Emprego	(8.384)	(3.655)	(38.173)	-	-	(2.767)	(2.767)	-	(2.767)	-	(52.979)		
Materiais	(39.706)	(941)	(11.863)	(19)	-	(34)	(34)	-	(34)	-	(52.563)		
Serviços de Terceiros	(34.737)	(7.324)	(164.938)	(5.384)	-	(2.412)	(2.412)	-	(2.412)	9.387	(205.408)		
Depreciação e Amortização	(68.001)	-	(104.321)	(9.586)	-	(125)	(125)	-	(125)	-	(182.033)		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(41.135)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.135)		
Provisões (Reversões) Operacionais	(2.060)	(899)	(12.806)	(3)	-	10.985	10.985	-	10.985	-	(4.783)		
Custos de Construção	-	(13.549)	(135.521)	-	-	-	-	-	-	-	(149.070)		
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(12.726)	(4.407)	(78.562)	(5.366)	-	(9.842)	(9.842)	-	(9.842)	724	(110.179)		
<b>Total do Custo de Operação</b>	<b>(265.288)</b>	<b>(59.533)</b>	<b>(789.446)</b>	<b>(24.014)</b>	<b>-</b>	<b>(22.568)</b>	<b>(22.568)</b>	<b>-</b>	<b>(22.568)</b>	<b>10.111</b>	<b>(1.150.738)</b>		
<b>CUSTOS E DESPESAS TOTAIS</b>	<b>(701.152)</b>	<b>(59.615)</b>	<b>(2.223.112)</b>	<b>(24.014)</b>	<b>-</b>	<b>(22.568)</b>	<b>(22.568)</b>	<b>-</b>	<b>(22.568)</b>	<b>81.465</b>	<b>(2.948.996)</b>		
<b>Resultado Operacional Antes do Res. De Equiv. Patrim. e Financeiro</b>	<b>1.785.913</b>	<b>2.237</b>	<b>19.828</b>	<b>4.451</b>	<b>-</b>	<b>(653)</b>	<b>(653)</b>	<b>-</b>	<b>(653)</b>	<b>-</b>	<b>1.811.776</b>		
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.128	50.549	40.946	(6.440)	11.345	15.192	15.192	-	15.192	-	114.720		
Receita Financeira	42.625	15.317	178.516	1.364	-	15.101	15.101	-	15.101	-	252.923		
Despesa Financeira	(89.079)	(64.772)	(193.884)	(778)	-	(1.949)	(1.949)	-	(1.949)	-	(350.462)		
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>1.742.587</b>	<b>3.331</b>	<b>45.406</b>	<b>(1.403)</b>	<b>11.345</b>	<b>27.691</b>	<b>27.691</b>	<b>-</b>	<b>27.691</b>	<b>-</b>	<b>1.828.957</b>		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(587.500)	16.018	(6.240)	(1.607)	-	461	461	-	461	-	(578.868)		
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>1.155.087</b>	<b>19.349</b>	<b>39.166</b>	<b>(3.010)</b>	<b>11.345</b>	<b>28.152</b>	<b>28.152</b>	<b>-</b>	<b>28.152</b>	<b>-</b>	<b>1.250.089</b>		

DESCRIÇÃO	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2013							ELIMINAÇÕES	TOTAL
	ENERGIA ELÉTRICA		GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL		
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO							
<b>ATIVO</b>	<b>9.198.410</b>	<b>5.015.128</b>	<b>14.566.895</b>	<b>328.109</b>	<b>527.220</b>	<b>1.176.988</b>	<b>-</b>	<b>30.812.750</b>	
ADICÕES AO SEGMENTO	56.431	17.796	187.138	15.473	-	-	-	276.838	
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>1.412.238</b>	<b>42.349</b>	<b>2.257.862</b>	<b>27.668</b>	<b>-</b>	<b>13.222</b>	<b>(75.745)</b>	<b>3.677.594</b>	
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>									
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(235.185)	-	(783.000)	-	-	-	45.398	(972.787)	
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(64.028)	(38)	(86.641)	-	-	-	24.482	(126.225)	
<b>Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás</b>	<b>(299.213)</b>	<b>(38)</b>	<b>(869.641)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69.880</b>	<b>(1.099.012)</b>	
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>									
Pessoal e Administradores	(71.838)	(37.840)	(309.827)	(2.023)	-	(22.898)	1.060	(443.366)	
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(9.080)	(4.406)	(37.597)	(345)	-	(4.573)	-	(56.001)	
Obrigação Pós-Emprego	(6.374)	(3.111)	(29.710)	-	-	(2.762)	-	(41.957)	
Materiais	(44.510)	(641)	(10.633)	(48)	-	(110)	-	(55.942)	
Serviços de Terceiros	(23.427)	(5.875)	(157.627)	(2.968)	-	(2.656)	2.852	(189.701)	
Depreciação e Amortização	(80.111)	-	(107.602)	(7.482)	-	(7.790)	-	(202.985)	
Provisões Operacionais	(3.619)	(1.780)	(22.511)	-	-	(13.892)	-	(41.802)	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(34.041)	-	-	-	-	-	-	(34.041)	
Custo de Construção	(17.639)	(186.709)	-	-	-	-	-	(204.348)	
Outras	(13.274)	(5.082)	(52.449)	(2.300)	-	(15.701)	1.953	(86.853)	
<b>Total Custo de Operação</b>	<b>(286.274)</b>	<b>(76.374)</b>	<b>(914.665)</b>	<b>(15.166)</b>	<b>-</b>	<b>(70.382)</b>	<b>5.865</b>	<b>(1.356.996)</b>	
<b>CUSTO TOTAL</b>	<b>(585.487)</b>	<b>(76.412)</b>	<b>(1.784.306)</b>	<b>(15.166)</b>	<b>-</b>	<b>(70.382)</b>	<b>75.745</b>	<b>(2.456.008)</b>	
<b>Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro</b>	<b>826.751</b>	<b>(34.063)</b>	<b>473.556</b>	<b>12.502</b>	<b>-</b>	<b>(57.160)</b>	<b>-</b>	<b>1.221.586</b>	
Resultado de Equivalência Patrimonial	306	146.625	3.834	-	19.859	(4.466)	-	166.158	
Receita Financeira	17.207	5.067	63.300	1.001	-	53.354	-	139.929	
Despesa Financeira	(70.509)	(62.167)	(147.416)	(892)	-	(22.481)	-	(303.465)	
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>773.755</b>	<b>55.462</b>	<b>393.274</b>	<b>12.611</b>	<b>19.859</b>	<b>(30.753)</b>	<b>-</b>	<b>1.224.208</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(262.333)	(30.920)	(132.087)	(4.277)	-	8.916	-	(358.861)	
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>511.422</b>	<b>86.382</b>	<b>261.187</b>	<b>8.334</b>	<b>19.859</b>	<b>(21.837)</b>	<b>-</b>	<b>865.347</b>	

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

### (Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

#### Ativos e Passivos Regulatórios

Em função da harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS) a partir de 2010, os ativos e passivos regulatórios passaram a não mais ser registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Da mesma forma, os valores referentes aos itens regulatórios somente são reconhecidos nos resultados do exercício a partir da sua inclusão efetiva na tarifa da Companhia.

O impacto dos ativos e passivos regulatórios caso estivessem sendo reconhecidos nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas da Companhia seriam conforme abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário	31/03/2014	31/12/2013
Ativo	1.149.079	644.298	1.793.377	1.307.970
Passivo	(937.234)	(353.183)	(1.290.417)	(963.869)
Equivalência Patrimonial Regulatórios	-	-	70.067	76.899
	<b>211.845</b>	<b>291.115</b>	<b>573.027</b>	<b>421.000</b>

	31/03/2014	31/12/2013
<b>Ativos</b>		
Despesas Antecipadas – CVA (1)	1.789.012	1.257.729
Redução Tarifa Uso Sistema Transmissão e Distribuição	111	26.096
Descontos concedidos a Irrigantes	-	4.913
Outros Ativos Regulatórios	4.254	19.232
	<b>1.793.377</b>	<b>1.307.970</b>
Equivalência Patrimonial dos Ativos e Passivos Regulatórios	70.067	76.899
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(192.406)	(128.556)
	<b>1.671.038</b>	<b>1.256.313</b>
<b>Passivos</b>		
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(1.289.441)	(950.346)
Outros Passivos Regulatórios	(976)	(13.523)
	<b>(1.290.417)</b>	<b>(963.869)</b>
	<b>380.621</b>	<b>292.444</b>

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA).

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

#### Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

### Descontos TUSD e Irrigação

Consiste na compensação da perda de receita da concessionária em função da concessão de descontos aos consumidores livres de fontes incentivadas, aos autoprodutores e produtores independentes e aos descontos especiais na tarifa de fornecimento das atividades de irrigação e aquicultura.

### Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	31/03/2014	31/03/2013
<b>Resultado do Período</b>	<b>1.250.089</b>	<b>865.347</b>
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	138.634	(315.039)
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	5.318	14.830
Equivalência Patrimonial dos Ativos e Passivos Regulatórios	(6.832)	22.778
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(48.944)	102.071
<b>Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios</b>	<b>1.338.265</b>	<b>689.987</b>

LAJIDA REGULATÓRIO – R\$ milhões	31/03/2014	31/03/2013	Var %
<b>Resultado do Período considerando Ativos e Passivos Regulatórios</b>	<b>1.338.265</b>	<b>689.987</b>	<b>93,96</b>
+ Despesa de IR e Contribuição Social	627.812	256.790	144,48
+ Resultado Financeiro	92.221	148.706	(37,98)
+ Amortização	182.033	202.985	(10,32)
<b>= LAJIDA</b>	<b>2.240.331</b>	<b>1.298.468</b>	<b>72,54</b>



**Demonstrações Segregadas por Empresa (consolidação proporcional)**

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA  
EM 31 DE MARÇO DE 2014

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES/ TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	GASMIG	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES/ TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADES E CONTROLADAS EM CONJUNTO
<b>ATIVO</b>	<b>15.299.240</b>	<b>11.642.924</b>	<b>13.110.657</b>	<b>327.061</b>	<b>175.453</b>	<b>148.544</b>	<b>595.548</b>	<b>(9.571.840)</b>	<b>31.727.587</b>	<b>4.848.185</b>	<b>4.389.576</b>	<b>2.131.969</b>	<b>1.029.021</b>	<b>2.361.268</b>	<b>(6.144.308)</b>	<b>40.343.303</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	241.816	386.240	374.940	23.976	6.234	7.526	69.803	-	1.110.535	212.628	230.051	28.725	39.757	116.283	-	1.737.979
Contas a Receber	-	1.611.923	1.607.106	-	5.520	4.664	32.956	(28.926)	3.235.243	93.343	620.373	21.568	101.571	36.728	(7.026)	4.099.800
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	206.631	224.695	310.451	4.460	17.597	10.013	158.592	-	932.439	171.802	-	-	23.449	47.830	-	1.175.520
Tributos	478.812	90.567	1.523.998	29.700	555	102	1.772	-	2.125.106	315.643	334.294	7.949	57.108	6.180	-	2.845.280
Outros Ativos	1.391.414	258.345	2.167.285	24.418	4.035	399	35.459	(1.195.361)	2.885.994	102.301	712.183	133.517	165.734	76.661	(140.156)	3.736.234
Investimentos/(mobiliários)/Financeiro de Concessão	12.980.567	9.071.154	7.127.277	244.507	141.512	125.840	296.986	(8.347.553)	21.840.270	3.952.488	2.492.675	1.940.210	641.402	2.077.586	(5.997.121)	26.747.490
<b>PASSIVO</b>	<b>15.299.240</b>	<b>11.642.924</b>	<b>13.110.657</b>	<b>327.061</b>	<b>175.453</b>	<b>148.544</b>	<b>595.548</b>	<b>(9.571.840)</b>	<b>31.727.587</b>	<b>4.848.185</b>	<b>4.389.576</b>	<b>2.131.969</b>	<b>1.029.021</b>	<b>2.361.268</b>	<b>(6.144.308)</b>	<b>40.343.303</b>
Fornecedores e suprimentos	8.104	223.896	1.499.439	15.538	2.192	5.183	5.267	(43.081)	1.716.538	263.688	661.208	77.097	53.484	21.150	(7.819)	2.548.026
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	-	4.066.189	5.266.208	30.190	-	-	72.062	-	9.434.649	2.191.464	1.965.475	1.201.057	211.440	558.033	-	15.562.118
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.107.628	905.887	245.127	-	5.547	4.899	18.175	(1.179.235)	1.107.628	18.464	10.402	-	1.094	30.579	(60.539)	1.107.628
Obrigações Pós-Emprego	126.939	563.376	1.794.039	-	-	-	-	-	2.484.354	-	19	-	-	-	-	2.484.373
Tributos	20.838	657.185	1.139.982	10.661	38.536	1.983	24.949	-	1.871.134	670.900	260.418	31.620	44.894	19.202	-	2.901.168
Outros Passivos	148.699	347.829	674.784	35.896	876	1.029	16.116	(1.977)	1.223.252	25.971	304.395	148.958	152.488	(594)	(1.511)	1.852.959
Patrimônio Líquido	13.887.032	4.898.762	2.491.078	234.776	128.302	135.650	458.979	(8.347.547)	13.887.032	1.915.018	1.187.659	673.237	565.621	1.732.898	(6.074.434)	13.887.031
<b>RESULTADO</b>	<b>80</b>	<b>2.463.334</b>	<b>2.242.940</b>	<b>28.465</b>	<b>14.262</b>	<b>11.947</b>	<b>81.210</b>	<b>(61.466)</b>	<b>4.760.772</b>	<b>141.302</b>	<b>741.174</b>	<b>48.005</b>	<b>197.410</b>	<b>56.941</b>	<b>(24.284)</b>	<b>5.921.320</b>
Receita Operacional Líquida	(19.191)	(726.699)	(2.233.112)	(24.015)	(4.923)	(10.837)	(21.685)	81.466	(2.948.996)	(31.867)	(626.278)	(43.813)	(188.223)	(37.686)	18.641	(3.858.222)
Custos e Despesas Operacionais	-	(355.699)	(1.299.780)	-	(1.868)	(5.823)	(5.594)	40.008	(1.626.745)	-	(442.546)	(23.726)	-	(1.878)	9.237	(2.087.629)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(64.947)	(133.886)	-	-	(714)	(1.342)	31.347	(169.542)	-	(8.714)	-	-	(1.287)	10.387	(169.156)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(173.971)	-	-	(173.971)
Custo de construção	-	(13.549)	(135.521)	-	-	-	-	-	(149.070)	(7.602)	(53.126)	-	-	(3.048)	-	(212.846)
Passivo	(12.418)	(73.108)	(204.151)	(3.303)	(293)	(403)	(1.105)	-	(294.781)	(10.075)	(25.520)	(4.319)	(3.974)	(11.654)	-	(347.329)
Participações dos Empregados no Resultado	(4.849)	(13.496)	(39.111)	(553)	35	(33)	(3)	-	(57.807)	(1.291)	-	-	-	(30)	-	(59.128)
Obrigações Pós-Emprego	(2.767)	(12.039)	(38.473)	-	-	-	-	-	(52.979)	-	-	-	-	-	-	(52.979)
Matérias	(27)	(40.396)	(11.863)	(19)	(134)	(46)	(78)	-	(52.563)	(4.911)	(4.709)	(80)	(248)	(54)	-	(62.565)
Serviços de Terceiros	(2.240)	(35.618)	(164.938)	(9.384)	(691)	(832)	(5.092)	9.387	(205.408)	(4.960)	(32.239)	(1.150)	(1.094)	(6.452)	-	(251.303)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(39.532)	-	-	(458)	(390)	(755)	-	(41.135)	-	(308)	-	-	(322)	-	(41.765)
Depreciação e Amortização	(123)	(59.721)	(104.321)	(9.586)	(1.372)	(2.476)	(4.434)	-	(182.039)	(393)	(32.166)	(8.022)	(5.095)	(10.966)	(4.279)	(242.954)
Provisões Operacionais	10.985	(2.958)	(12.806)	(4)	-	-	-	-	(4.783)	6	(21.313)	-	-	17	-	(26.073)
Outras Despesas Líquidas	(7.752)	(15.636)	(78.562)	(5.366)	(142)	(120)	(3.325)	724	(110.179)	(2.641)	(14.659)	(494)	(3.841)	(2.012)	3.296	(130.530)
Resultado Operac. antes do Res. de Equip. Patrim. e Financeiro	(19.111)	1.736.635	19.828	4.450	9.339	1.110	59.525	-	1.811.776	109.435	114.896	4.192	9.187	19.255	(5.643)	2.065.098
Resultado de Equilíbrio Patrimonial	1.254.062	1.049	-	(6.441)	-	1.381	899	(1.136.030)	114.720	190	(883)	-	-	33.484	(146.499)	1.012
Receita Financeira	13.170	52.490	178.516	1.364	750	470	6.163	-	252.923	18.519	26.263	740	15.121	4.023	67	317.656
Despesa Financeira	(1.815)	(150.599)	(193.884)	(778)	(272)	(22)	(3.092)	-	(350.462)	(67.659)	(51.859)	(14.274)	(5.324)	(10.408)	(67)	(600.033)
Resultado antes do IR e CSLL	1.246.306	1.639.575	4.460	(1.405)	9.817	2.939	63.295	(1.136.030)	1.828.957	60.485	88.417	(9.342)	18.984	46.354	(152.142)	1.881.713
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(566.148)	(40.206)	(1.764)	(3.583)	(519)	(15.043)	-	(627.265)	(21.242)	(23.551)	(1)	(7.056)	(2.207)	-	(681.320)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas	3.783	10.318	33.966	157	255	7	(91)	-	48.395	9.107	(6.857)	(5)	-	(844)	-	49.696
Resultado do Período	1.250.089	1.083.745	(1.780)	(3.012)	6.489	2.427	48.161	(1.136.030)	1.250.089	48.350	58.009	(9.348)	11.928	43.203	(152.142)	1.250.089

## **Conselho de Administração**

### Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 28 vezes durante o ano de 2013 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

### Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 30 de abril de 2014, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2016.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;  
deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 14 milhões;  
autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;  
aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

### Comitês

Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

### **Qualificação e remuneração**

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração será fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

### **Comitê de Auditoria**

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

### **Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2015.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecendo o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;



Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2013 foram realizadas 56 reuniões.

### **Conselho Fiscal**

#### Reuniões

No ano de 2013, foram realizadas 12 reuniões.

#### Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

um eleito pelos detentores das ações preferenciais;  
um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,  
três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

#### **Qualificação e remuneração**

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

### ***Lei Sarbanes-Oxley***

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

### ***Gerenciamento de Riscos Corporativos***

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis e Comitê de Controle e Gestão.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

### ***Estrutura Funcional***

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

### ***Desafios***

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

### ***Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional***

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.



### Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

#### POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31/03/2014

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	65.965.387	7,87	280.380.126	22,27
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	13.036.270	1,84	13.092.973	1,00
Total Controlador	214.471.442	50,97	79.001.657	9,43	293.473.099	23,31
AGC Energia S/A (1)	138.700.848	32,96	42.671.763	5,09	181.372.611	14,41

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

#### POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 31/03/2014:

	31/03/2014		31/03/2013	
	ON	PN	ON	PN
Controlador	214.471.442	79.001.657	190.041.861	8.821.839
Conselho de Administração	3.267	2.443	2.899	427
Diretoria Executiva	9	1.280	10	869
Ações em tesouraria	69	560.649	-	363.650
Ações em circulação ( <i>free float</i> )	206.289.921	758.510.917	182.792.316	470.994.358
<b>TOTAL</b>	<b>420.764.708</b>	<b>838.076.946</b>	<b>372.837.086</b>	<b>480.181.143</b>

### ***Relações com Investidores***

No ano de 2013, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; Expomoney, além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 18º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Uberlândia - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

### ***Governança Corporativa***

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.



As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
  - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
  - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
  - montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
  - investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
  - manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
  - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
  - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG  
Belo Horizonte - MG

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, que compreendem os balanços patrimoniais levantados em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Ênfases

Lei 12.783/12, Decretos nº 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14

Conforme mencionado nas notas explicativa nº 6 e nº 10 às informações contábeis intermediárias, a controlada Cemig Distribuição S.A. contabilizou, como redução do custo de energia comprada para revenda, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

#### Renovação da Concessão da usina hidrelétrica de Jaguará

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguará ("UHE Jaguará") teve seu vencimento em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a Companhia obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ. A referida liminar assegura que a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. permanecerá no controle da UHE Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do mérito do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

#### Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias, com base no previsto na Lei 12.783/13, a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A encaminhou informações ao poder concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$533.588 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("Interim Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Ricardo Faria Gomez  
Auditores Independentes Contador  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG CRC-SP 218.398/O-1 T/MG